

Relatório & Contas 2012

Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A.



BNP PARIBAS
PERSONAL FINANCE



Índice

1. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	04
1. Introdução	05
2. Enquadramento	05
2.1. Enquadramento Macro-Económico Internacional	05
2.2. Enquadramento Macro-Económico Nacional	07
2.3. Enquadramento Sectorial	09
3. Atividade Desenvolvida	10
3.1. Crédito Concedido	10
3.2. Carteira de Créditos	11
3.3. Recursos e Organização	12
3.4. Desenvolvimentos e Projetos	15
3.5. Responsabilidade Social e Ambiental	16
3.6. Qualidade	18
3.7. Risco	19
3.8. Balanço e Conta de Exploração	20
3.9. Gestão dos Riscos Financeiros	21
3.10. Gestão do Capital e Rácio de Solvabilidade	26
4. Perspetivas Futuras	28
5. Proposta de Aplicação de Resultados	29
6. Notas Finais	30
7. Bibliografia	31
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	32
3. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	37
Aspetos Gerais	38
Notas	39
Nota 1 – Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras e comparabilidade	39
Nota 2 – Principais Critérios Valorimétricos Utilizados	39
Nota 3 – Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	49
Nota 4 – Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	49
Nota 5 – Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	49
Nota 6 – Crédito a Clientes	50

Nota 7 – Provisões e Imparidade	52
Nota 8 – Ativos Não Correntes detidos para Venda	52
Nota 9 – Ativos Tangíveis e Intangíveis	53
Nota 10 – Ativos e Passivos por Impostos Correntes	54
Nota 11 – Ativos e Passivos por Impostos Diferidos	55
Nota 12 – Outros Ativos	56
Nota 13 – Recursos de Outras Instituições de Crédito	58
Nota 14 – Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	59
Nota 15 – Derivados de Cobertura	59
Nota 16 – Outros Passivos	60
Nota 17 – Capital Social, Outras Reservas e Resultados Transitados	61
Nota 18 – Juros e Rendimentos Similares	62
Nota 19 – Juros e Encargos Similares	63
Nota 20 – Rendimentos de Instrumentos de Capital	64
Nota 21 – Rendimentos de Serviços e Comissões	64
Nota 22 – Encargos com serviços e Comissões	65
Nota 23 – Resultados de Ativos e Passivos Avaliados ao Justo Valor	65
Nota 24 – Resultados Reavaliação Cambial (Líquido)	66
Nota 25 – Resultados de Alienação de Outros Ativos	66
Nota 26 – Outros Resultados de Exploração	67
Nota 27 – Custos com o Pessoal	68
Nota 28 – Gastos Gerais Administrativos	70
Nota 29 – Compromissos Extrapatrimoniais	71
Nota 30 – Transações com Partes Relacionadas	72
Nota 31 – Prestação do Serviço de Mediação de Seguros ou de Resseguros	74
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	77
5. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	80

1 | Relatório do Conselho de Administração

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REFERENTE À ATIVIDADE E CONTAS DE 2012 DO BANCO BNP PARIBAS PERSONAL FINANCE, S.A.



1. Introdução

O presente Relatório, elaborado pelo Conselho de Administração do Banco BNP Paribas Personal Finance S.A. (adiante designado por Banco), visa efetuar o balanço da atividade do ano de 2012, bem como proceder à apresentação das contas do Banco relativas ao mesmo período. Este documento apresenta o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras da Sociedade que atua comercialmente com a marca Cetelem.

2. Enquadramento

2.1. Enquadramento Macroeconómico Internacional

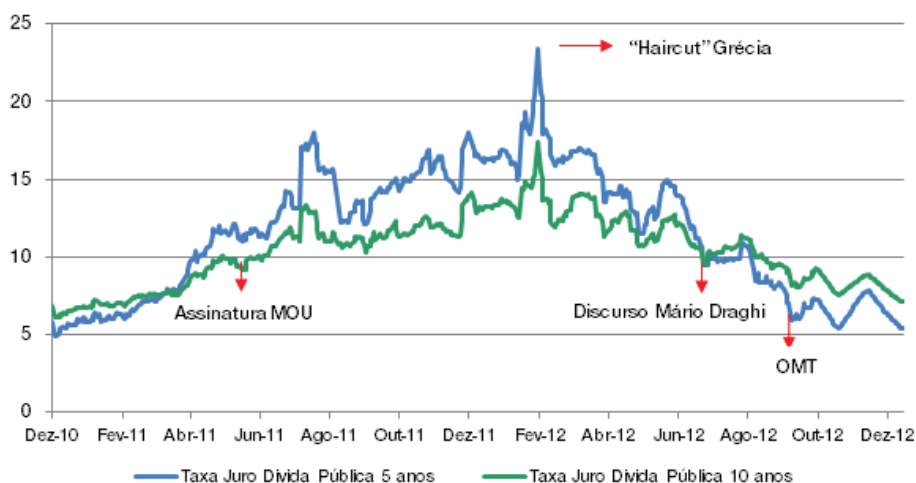
Durante o ano de 2012 assistimos a diversos acontecimentos no contexto internacional que acentuaram o clima de incerteza que se tem vivido nos últimos anos (período pós falência do Lehman Brothers e da crise de subprime). São exemplos desta realidade os desenvolvimentos na crise das dívidas soberanas da Zona Euro e já próximo do final do ano a problemática fiscal nos Estados Unidos da América conhecida como “Fiscal Cliff”.

No que respeita à crise das Dívidas Soberanas da Zona Euro, salientamos o efeito positivo da atuação do Banco Central Europeu (adiante designado por BCE), na figura do seu presidente, Mário Draghi, que anunciou a 26 de julho que iria fazer tudo o possível para salvar o Euro. Após este discurso, verificou-se imediatamente uma reação bastante animadora por parte dos mercados. Ainda neste âmbito, destaca-se igualmente a intervenção do BCE em setembro com a apresentação do programa OMT (“Outright Monetary Transactions”), no qual se propõe a efetuar operações de aquisição de dívida soberana emitida por membros do Euro em mercado secundário. Na prática, o BCE constitui-se como credor de último recurso, impedindo a escalada dos juros e eventuais ataques especulativos desde que os países cumpram algumas condições. Este programa, que não foi adotado de forma unânime, teve fortes efeitos nos mercados internacionais gerando um onda de acalmia que permitiu que Portugal (já no início de 2013) regressasse com sucesso aos mercados com a emissão de dívida pública sindicada a 5 anos.

No gráfico seguinte apresentamos a evolução das taxas de juro (yields) da dívida pública portuguesa a 5 e a 10 anos, onde podemos comprovar o efeito positivo dos eventos atrás enunciados:

Gráfico 1 – Evolução das Yields da Dívida Pública Portuguesa

Fonte: Reuters



Em termos globais, e de acordo com o “European Economic Forecast - Autumn 2012” – Comissão Europeia”, a evolução do PIB na União Europeia em 2012 foi de -0,3% face a 1,5% em 2011. Esta contração da atividade económica justifica-se pela taxa de crescimento negativa do PIB nalgumas das principais economias da Europa, nomeadamente em Espanha, Itália e Reino Unido. De facto, a Espanha apresentou uma contração do PIB em 2012 de -1,4% (face a 0,4% em 2011) e no caso do Reino Unido a estimativa aponta para um decréscimo de -0,3% (face a 0,9% em 2011). No mesmo sentido, a evolução do PIB em Itália é estimada em -2,3% (face a 0,4% em 2011). Por outro lado, França e Alemanha registaram níveis de crescimento próximos de zero (0,2% no caso da França face a 1,7% em 2011 e 0,8% na Alemanha face a 3,0% em 2011).

De referir que na Zona Euro verificou-se o aumento da taxa de desemprego que no final de 2012 se cifrou em 11,3%, quando em 2011 o valor tinha sido de 10,1%.

Ao contrário do clima de arrefecimento existente na União Europeia, as principais economias do resto do mundo registaram performances positivas, nomeadamente, nos Estados Unidos da América (2,1% vs 1,8% em 2011), no Japão (2,0% vs -0,8% em 2011), e na China (7,7% vs 9,2% em 2011).

Tabela 2 – Evolução do PIB em %

Fonte: Comissão Europeia

	2010	2011	2012P
UE (27 Membros)	2,0%	1,5%	-0,3%
UEM (15 Membros)	1,9%	1,4%	-0,4%
Portugal	1,4%	-1,7%	-3,0%
Alemanha	3,7%	3,0%	0,8%
EUA	3,0%	1,8%	2,1%
China	3,7%	9,2%	7,7%
Japão	3,9%	-0,8%	2,0%

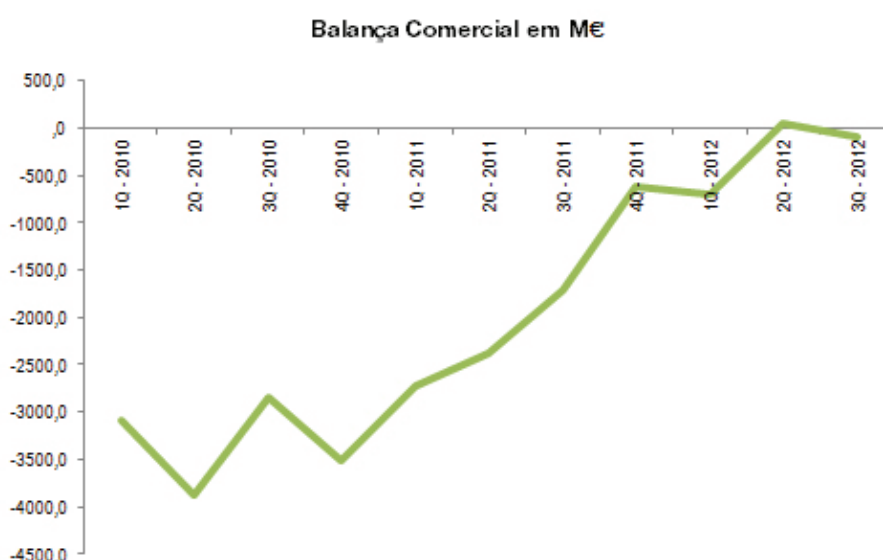
2.2. Enquadramento Macroeconómico Nacional

Durante o ano de 2012 assistimos ao segundo ano da implementação do “Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica” (adiante designado por MOU) assinado a 17 de maio de 2011. Tal como previsto, este programa teve um impacto profundo na sociedade portuguesa, em particular através da redução acentuada do rendimento disponível das famílias, justificado quer pelo aumento da carga fiscal, quer pela redução ou suspensão de alguns apoios sociais.

Ao longo do ano de 2012 registaram-se quatro avaliações periódicas (fevereiro, junho, setembro e novembro) tal como definido no MOU. Em todos os momentos o resultado foi considerado positivo face ao que estava programado significando que Portugal conseguiu cumprir na generalidade com as metas estabelecidas para cada uma das avaliações e obtendo para o efeito o acesso a fundos da Troika (BCE, Comissão Europeia e FMI). Na sequência das quatro avaliações foram desembolsados 22,16 Mil Milhões de Euros ao longo de 2012.

Gráfico 2 – Evolução da Balança Comercial Portuguesa

Fonte: INE



A alteração profunda da composição da despesa decorrente do ajustamento em curso, nomeadamente a expressiva queda da procura interna evidenciado na quebra de 6,9% das importações acompanhada por um aumento significativo das exportações (+ 4,1%), tem-se traduzido num ajustamento rápido das necessidades de financiamento externo da economia portuguesa. Efetivamente o saldo da balança corrente e de capital passou de um défice de 9,4% do PIB em 2010 para uma situação próxima do equilíbrio em 2012.

É nesta conjuntura de austeridade que Portugal apresentou um decréscimo do PIB estimado em -3,0% em 2012 que compara com a contração de -1,6% verificada em 2011.

Tabela 2 – Evolução dos Principais Agregados Económicos de Portugal

Fontes: Banco de Portugal – Boletim Económico de Inverno 2012 e Comissão Europeia (Desemprego)

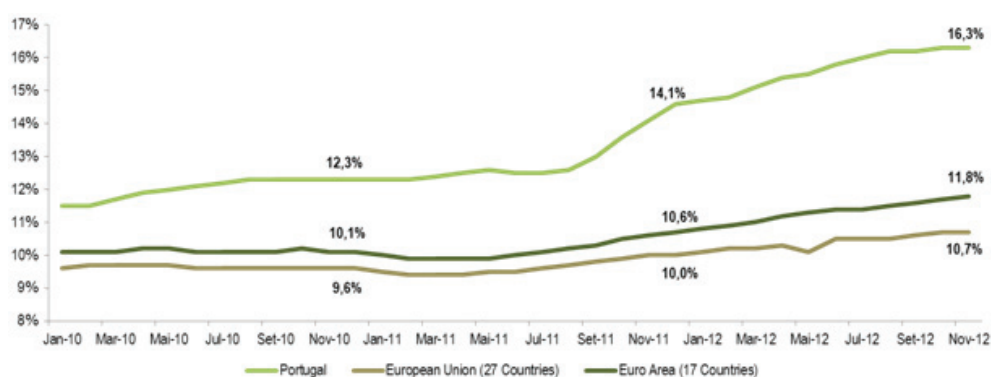
Portugal	2010	2011	2012 Estimativa	2013 Previsão
PIB	1,3%	-1,6%	-3,0%	-1,9%
Procura Interna	0,6%	-5,7%	-6,9%	-4,0%
Exportações	8,8%	7,2%	4,1%	2,0%
Importações	5,1%	-5,9%	-6,9%	-3,4%
Inflação	1,4%	3,7%	2,8%	0,9%
Desemprego	12,0%	12,7%	15,5%	16,4%
Défice	-9,8%	-4,4%	-5,0%	-4,5%
Peso da Dívida	93,5%	108%	120%	122%

Esta evolução negativa do PIB resulta principalmente da queda significativa da procura interna (-6,9%), tanto da procura privada como da procura pública, num quadro de desalavancagem do setor bancário e de consolidação orçamental.

O ano de 2012 fica ainda marcado pelo aumento significativo da taxa de desemprego, sendo que os dados a novembro revelam que a taxa de desemprego no país ascendeu a 16,3% de acordo com os dados do Eurostat, representando o valor mais elevado que alguma vez se registou em Portugal. De referir que o flagelo do desemprego atinge de forma bastante preocupante a faixa etária entre os 15 e os 24 anos de idade, fenómeno denominado desemprego jovem, atingindo o valor de 39% ao fim do terceiro trimestre de 2012.

Gráfico 3 – Evolução da Taxa de Desemprego em Portugal

Fonte: BdP



No que diz respeito ao défice orçamental de Portugal em 2012, estima-se que se situe por volta dos 5% do PIB, cumprindo com a meta definida com a Troika, após a revisão ocorrida aquando da Quinta Avaliação do MOU em setembro de 2012. Inicialmente o objetivo inscrito no MOU era de 4,5% do PIB, mas face à necessidade de dosear a austeridade dado o seu efeito negativo no crescimento, foi acordado um novo limite.

As projeções para a economia portuguesa apontam, em 2013, para a manutenção do quadro recessivo que a caracterizou nos dois anos precedentes, refletindo uma queda expressiva da procura interna acompanhada por um abrandamento das exportações. Desta forma prevê-se uma contração do PIB em cerca de -1,9%, segundo o Banco de Portugal no seu “Boletim Económico de inverno”, em consequência das medidas restritivas impostas pelo Orçamento de Estado de 2013 (adiante designado por OE2013).

O OE2013 define uma estratégia de consolidação essencialmente focada no lado da receita, aumentando de forma significativa a carga fiscal sobre as famílias, nomeadamente nos impostos sobre o trabalho. Do lado da despesa, antecipam-se um conjunto de medidas das quais se destacam a continuação da redução do número de efetivos da função pública e a redução das despesas de investimento das administrações públicas. Consequentemente, prevê-se uma nova queda no consumo e no investimento público, ainda que não tão significativa como a que se registou em 2012. Por seu turno, o expressivo aumento da tributação sobre as famílias implica uma redução do rendimento disponível, cuja magnitude, em termos reais, se antecipa que seja próxima da verificada em 2012.

2.3. Enquadramento sectorial

Na sequência da assinatura do MOU com a Troika, foram postas em práticas diversas medidas de ajustamento associadas à recapitalização da banca portuguesa. Um dos pilares desse programa passa pelo processo de desalavancagem da Banca, que obriga ao cumprimento de um rácio de transformação máximo de 120% em 2014, bem como o reforço dos capitais próprios, nomeadamente a obrigatoriedade de cumprimento pelos bancos portugueses de rácios de “Core Tier 1” não inferiores a 10% em 31 de dezembro de 2012. A generalidade dos maiores bancos cumpriu com este objetivo, nomeadamente a CGD (11,8%), o BES (10,7%), o Santander (12,0%), o BCP (12,8%) e o BPI (14,8%), mas no caso da CGD, BPI e BCP houve a necessidade destas instituições recorrerem a planos de recapitalização suportados pelo estado português através da emissão de obrigações de conversão contingente subscritas pelo Tesouro.

Relativamente à atividade, os empréstimos de instituições de crédito a particulares decresceram em 2012, terminando o ano a diminuir cerca de 3,7% face ao ano anterior. Saliente-se que o recurso ao crédito junto dos bancos destina-se maioritariamente ao financiamento da compra de habitação, representando este cerca de 82% do total do crédito concedido a particulares.

No que concerne às entidades de crédito especializado e de acordo com os dados fornecidos pela Associação de Instituições de Crédito Especializado (adiante designado por ASFAC), o montante de novos créditos ao consumo concedidos pela globalidade das associadas decresceu cerca de 27% face a 2012.

Neste contexto, o setor automóvel, incluindo a atividade Leasing e ALD, apresentou um decréscimo de 34%, sendo que na atividade Distribuição verificou-se um decréscimo de 9% e na atividade Direto uma redução de cerca de 17% face a 2011.

Em termos consolidados (Bancos, SFAC's e IFIC's), o mercado do crédito ao consumo decresceu cerca de 12% até novembro de 2012, atingindo um valor total estimado de cerca de 17,0 mil milhões de euros. Com base nestes dados, verificou-se que a quota de mercado do Banco BNP Paribas Personal Finance, em novembro de 2012, se situou em torno dos 7,55%.

3. Atividade desenvolvida

O Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A., opera sob a marca comercial “Cetelem”, sendo a sua atividade focada na concessão de crédito especializado, atuando no mercado através de acordos de parceria com estabelecimentos comerciais e de crédito comercializado diretamente a particulares.

3.1. Crédito Concedido

O volume de novos créditos totalizou, em 2012, cerca de 524 milhões de euros, num total de 300 mil novos contratos, dos quais cerca de 249 milhões de euros são referentes a Crédito Clássico – Equipamento do Lar, Automóvel e Empréstimo Pessoal – e os restantes 275 milhões de euros a cartões de crédito e linhas de crédito.

Cerca de 53% da produção anteriormente referida foi realizada através da rede de parceiros do setor do Lar – lojas de eletrodomésticos e móveis – cerca de 21% foi realizada através da rede de parceiros do setor Automóvel e Moto – marcas, agentes e stands multimarca – e os restantes 26% foram concedidos diretamente aos clientes.

Tabela 3 – Detalhe por Setor da Produção Anual

Milhares de Euros	Total 2012	Δ12/11
Lar	275.092	-4%
Automóvel	109.655	-37%
Empréstimo Pessoal	139.075	0%
Produção Total	523.822	-13%
Clássico	248.796	-28%
Cartões e Linhas de Crédito	275.026	8%

Setor do Lar

De acordo com dados relativos a 2012 do “Observador Cetelem”, estudo de mercado realizado pelo Banco BNP Paribas Personal Finance, estima-se que o mercado do equipamento do Lar tenha registado um decréscimo de 7% no Volume de Negócios (inclui vendas a crédito e vendas a pronto pagamento) face a 2011. De acordo com o mesmo estudo, estima-se que a evolução dos principais subsectores do mercado do Lar em 2012 tenha sido a seguinte:

- Mobiliário: -8%;
- Eletrodomésticos: -13%;
- Eletrónica de consumo: -9%;
- Informática: 8%;
- Bricolage: -8%.

De uma forma geral, todos os setores apresentam uma evolução negativa face a 2011, facto consistente com a redução do consumo privado e em consonância com o contexto de austeridade que se viveu em 2012. A única exceção prende-se com a Informática onde a venda de novos produtos (tablets, por exemplo) impulsionou o mercado.

Setor Automóvel

O mercado Automóvel registou uma diminuição de 41% nas matrículas de veículos ligeiros em 2012, segundo os dados do ACAP. Esta evolução do mercado Automóvel justifica-se com a grande incerteza vivida durante o ano, levando os consumidores a adiarem as suas decisões de compra para o futuro. A concessão de crédito Automóvel pelo BNPP PF acompanhou a tendência do mercado.

No que respeita ao mercado Moto, assistimos também a diminuição de cerca de 14% no total das matrículas face a 2011. De realçar que 85% das matrículas referem-se a motociclos de 125 centímetros cúbicos de cilindrada, em virtude das alterações legais implementadas no final de 2009 e que passam pela alteração das habilitações necessárias para a condução destas motos.

Setor do Crédito Pessoal

A atividade de Crédito Pessoal do Banco manteve a performance de 2011 (0% de variação face ao ano transato). Este desempenho superou claramente o mercado (dados ASFAC) que, em 2011, decresceu 17%. Desta forma, assistimos, nesta atividade, a um ganho de quota de mercado do Banco.

3.2. Carteira de Créditos

A carteira de crédito gerido totalizava, no final do ano, 1.290 milhões de euros repartidos por cerca de 829 mil contratos. A sua repartição por tipo de produto era a seguinte a final de 2012:

Tabela 4 – Detalhe da Carteira de Créditos – Visão Gestão

Milhões de Euros	Final de 2012	Δ12/11	Total 2011
Distribuição	77,2	-26%	104,9
Cartões e Linhas de Crédito	420,3	-5%	441,7
Automóvel	499,1	-11%	562,8
Empréstimo Pessoal	293,2	-4%	306,5
Carteira de Créditos Total	1 289,9	-9%	1 415,9

Da análise da estrutura da carteira, decorre que o Automóvel é o produto que apresenta maior peso na carteira de créditos, representando cerca de 39% (40% em 2011) do total dos créditos em curso. Este fator resulta, essencialmente, de uma duração média mais longa que caracteriza este tipo de créditos.

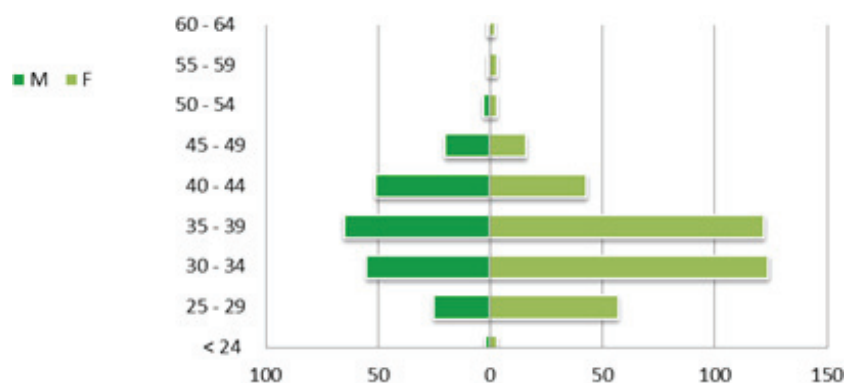
Inversamente, a Distribuição é o setor com menor peso na carteira de crédito, representando cerca de 6% do total dos créditos em curso (contra 7% no final de 2011), decorrente, essencialmente, de uma duração média relativamente curta que caracteriza este tipo de créditos por comparação com os outros setores.

Já no que diz respeito aos cartões e linhas de crédito representam também um peso significativo na carteira de crédito do Banco, totalizando cerca de 33% do total dos créditos em curso (contra 31% no final de 2011). Por sua vez o peso relativo do empréstimo pessoal na carteira de crédito do Banco permanece estável, representando cerca de 23% do total dos créditos em curso.

3.3. Recursos e organização

O quadro de efetivos do Banco no final de 2012 era constituído por 596 colaboradores, sendo a população composta por 63% de mulheres e 37% de homens, com uma idade média de 36 anos.

Gráfico 4 – Distribuição do Quadro de Pessoal por Escalão Etário



A antiguidade média da Empresa é de 8 anos, sendo que 68% dos colaboradores apresentam uma antiguidade inferior a 9 anos e 11% dos colaboradores uma antiguidade superior a 15 anos. Os efetivos do Banco encontram-se geograficamente repartidos entre Lisboa e Gaia, com 38% e 62% respetivamente.

Política Salarial

Em 2012 a Política de Remuneração do Banco continuou a ser objeto de melhoria contínua, tendo por principal objetivo a consolidação dos princípios subjacentes à mesma, nomeadamente a equidade salarial, a credibilidade e transparência dos critérios e o seu ajustamento face à realidade do mercado e a recompensa pelo mérito individual.

Neste âmbito, e de acordo com as diretivas do BdP foi criado um Comité de avaliação da Política de “Compensação & Benefícios” (C&B) do Banco, composto por responsáveis da Direção de Recursos Humanos, do Compliance e da Gestão de Riscos, que se debruçou sobre a equidade e transparência dos critérios remunerativos, cujos princípios estão acima enunciados.

Ressalvamos que a revisão e aprovação final da Política de C&B do Banco permanecem da exclusiva responsabilidade do Comité Executivo e do Conselho de Administração da empresa.

Compliance – Cartografia de Riscos

Com o objetivo de assegurar que a atividade da DRH é realizada em total conformidade com as leis, regulamentos e procedimentos existentes, e de compreender melhor os disfuncionamentos e os riscos a que estamos sujeitos, com o objetivo de evitarmos a sua repetição e eventuais impactos financeiros, a Direção de Recursos Humanos juntamente com o Departamento de Gestão de Riscos e a DRH do Grupo BNP P Personal Finance, definiu a Cartografia de Riscos da atividade de Recursos Humanos PFPortugal.

Partindo da identificação dos riscos Major e restantes, incidentes operacionais e potenciais, fechámos a Cartografia de Riscos e partir da qual atualizámos os controlos necessários à atividade de Recursos Humanos.

Gestão Individual de Carreiras

Em 2012 foram realizadas 200 entrevistas de carreira, permitindo aos RH realizar o acompanhamento do desenvolvimento e evolução da carreira de cada colaborador.

No âmbito deste projeto, foram identificados os colaboradores de elevado potencial da organização (LHP – Local High Potential), bem como a identificação dos colaboradores com “Talento” (JHP – Junior High Potential) que foram alvo de programas de desenvolvimento específicos. Os programas iniciaram-se com a realização de Development / Assessment Centres e definição de planos de desenvolvimento, acompanhados pelos respetivos Gestores de Carreira. Iniciaram-se, também, alguns programas formativos que continuarão em 2013.

Mobilidades | Recrutamento e Seleção

No ano de 2012 ocorreram 4 recrutamentos externos, pelo facto de a empresa não dispor internamente de recursos com as competências necessárias para exercer as respetivas funções. Registaram-se 52 mobilidades internas, relacionadas com alguns processos de reestruturação interna com vista ao reforço de sinergias e otimização da estrutura produtiva e, também, com o objetivo de promover a progressão na carreira dos colaboradores.

Política Formativa

Apresentam-se de seguida os indicadores relativos a volume de formação (em horas) e média de horas de formação por colaborador.

Rubricas	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Acum. 2012
Volume de Formação Global	3.773	7.435	4.832	8.845	24.885
Volume de Formação Interna	2.482	1.849	1.050	3.211	8.592
Volume de Formação Externa	1.291,00	5.586	3.782	5.634	16.293
Média de Horas de Formação por Trabalhador	5,79	11,87	7,85	14,50	40,01

Legenda:

Volume= Nº Participantes * Horas Ação

Média de Horas de Formação por Trabalhador= Volume Formação Global / Nº Efetivos Mês

Análise e Descrição de Funções

Todos os descritivos de função do PF Portugal foram redigidos e/ou revistos e atualizados, tendo sido o projeto conduzido internamente pela equipa RH e finalizado em dezembro de 2012. Foram realizadas mais de 160 entrevistas a titulares, complementadas com escutas e observações nas áreas operacionais e comerciais.

Um documento descritivo de função, na medida em que espelha o conteúdo real e efetivo de uma função, constitui o suporte à análise e valorização da função, segundo a metodologia Hay Group de avaliação de funções. Esta metodologia - aplicada por quase todas as empresas portuguesas de dimensão e por mais de metade das maiores empresas do Mundo (Fortune 500) - confere às organizações um enquadramento objetivo e consistente de análise das suas estruturas organizacionais.

Management Principles

O crescimento do BNP Paribas durante os últimos anos tem tido um grande impacto na composição do Grupo em termos de dimensão e diversidade. Como tal, a coesão e o sentido de pertença têm constituído um verdadeiro desafio. Para dar resposta a este desafio foram então definidos novos Management Principles, a incorporar pelos colaboradores das várias empresas do Grupo.

Os Management Principles – Foco no Cliente, Empreendedorismo Consciente do Risco, Apoiar as Pessoas e Liderar pelo Exemplo, divulgados e implementados em 2012, pretendem tornar a nossa prática de gestão mais explícita e devem ser implementados e incorporados por todos os managers do Grupo BNP Paribas.

De forma a promover uma integração gradual dos Management Principles nos processos e nas ferramentas RH, em 2012 foi repensada a oferta formativa para Managers, foi desenhada e lançada a Management Academy PF Portugal, bem como foi adaptado Sistema de Avaliação de Desempenho, integrando os Management Principles para todos os managers.

PF Portugal Campus – Management Academy

No decurso da implementação dos Management Principles, foi conceptualizada e desenhada uma academia corporativa para os managers, designada de Management Academy – PF Portugal Campus, funcionando como ferramenta de difusão e consolidação das competências de gestão do BNP Paribas.

A PF Management Academy constitui-se como um projeto estratégico da empresa, orientado para a valorização de todos os nossos managers, através do desenvolvimento de competências críticas para o sucesso do seu negócio e das suas pessoas.

Para a execução da PF Management Academy estabelecemos uma parceria com a Porto Business School, uma Escola de Negócios da Universidade do Porto, que tem por missão o ensino pós-graduado e a formação avançada em gestão, de carácter executivo.

A PF Management Academy tem como objetivo encorajar e estimular nos managers um espírito contínuo de aprendizagem. Para isso, disponibiliza um conjunto de programas e momentos de

formação diferenciados que permitem acelerar e potenciar o desenvolvimento das competências de gestão e liderança das suas pessoas, procurando identificar necessidades de desenvolvimento específicas de cada um dos três grupos de managers identificados.

Com as soluções de aprendizagem desenhadas para a PF Management Academy, procurámos abordar os grandes desafios do ponto de vista de hard skills de gestão e liderança que se colocam atualmente aos nossos managers. Procurámos também incluir os novos conceitos e os novos paradigmas comportamentais para que os managers adquiram ferramentas que lhes permitam transformar as suas equipas em verdadeiras equipas de alto rendimento.

Pretendemos, assim, que os managers adquiram um conjunto de competências fundamentais para o dia-a-dia da empresa, desenvolvendo skills que poderão transportar com sucesso para os seus próprios ambientes de trabalho. Para tal, teremos como preocupação conseguir ligar de forma explícita os conteúdos das soluções de aprendizagem com os objetivos, a cultura e os desafios estratégicos PF.

3.4. Desenvolvimentos e Projetos

Do ponto de vista de desenvolvimentos e projetos, o ano de 2012 foi marcado pelo fecho de ciclo da implementação de projetos prioritários identificados no âmbito do Plano Industrial (plano de desenvolvimento estratégico e de sinergias para o triénio 2010-2013). Há a destacar as seguintes concretizações:

Projetos técnicos de migração de sistemas

Concretização da convergência de sistemas de gestão de portefólio de crédito, como consequência do processo de fusão ocorrida em 2010.

Projetos no âmbito do Conhecimento de Clientes e Oferta

Foram implementadas diferentes atividades e iniciativas sob a temática de *pricing* personalizado e ajustado de acordo com critérios de sensibilidade à taxa e capacidade de endividamento, cruzados com noções de risco e rentabilidade.

Estas ações permitiram a sua declinação em planos de comunicação adequados às características do portefólio, iniciativas de cross-selling com maior eficácia, seguimento de indicadores mais apropriados, entre outras.

Em paralelo foram definidos objetivos de alargamento de oferta com o objetivo de expandir a carteira de produtos de seguros.

Estas ações assentaram numa estratégia multicanal (marketing direto, internet, imprensa, contacto pessoal).

Projetos no âmbito de Desenvolvimento Comercial (B2B) como alavanca para o aumento da eficiência operacional:

O ano transato ficou marcado pela implementação e desenvolvimento de um grande projeto que resultou de um novo acordo de parceria com a Fnac Portugal, que se traduziu na disponibilização de uma alargada gama de produtos para acompanhar a exigência de soluções do parceiro.

Do ponto de vista tecnológico, foram desenvolvidos projetos que permitiram substituir e/ou evoluir os aplicativos de *front-end*, quer para a atividade da Grande Distribuição quer para a atividade automóvel.

Contudo, estes projetos não se limitaram à evolução de aplicativos, mas visaram igualmente aumentar a eficácia operacional e por essa via prestar um melhor serviço aos nossos clientes e parceiros, potenciando novas oportunidades de produção e de redução dos custos operativos.

Projetos de Âmbito Transversal

No âmbito transversal foram desenvolvidos projetos de melhoria contínua e de reforço de qualidade de serviço ao cliente, com vista à satisfação global dos clientes. Identificaram-se 4 eixos estratégicos:

- Otimização do processo de tratamento de reclamações escritas;
- Desenvolvimento e implementação de dispositivo de captação e tratamento de reclamações orais;
- Reforço da análise e tratamento de causas de reclamações;
- Definição e formalização de política de gestos comerciais no âmbito do tratamento reclamações.

No que diz respeito ao Contencioso, foi validada uma estratégia baseada em políticas sistematizadas e desenvolvidas métricas de avaliação e decisão de controlo da atividade.

Foram desenvolvidas fortes dinâmicas relativas à metodologia ACE / Lean Management, com a participação de mais de 100 colaboradores nos diferentes projetos.

3.5. Responsabilidade social e ambiental

No Banco BNP Paribas Personal Finance S.A., a responsabilidade social traduz-se na inclusão voluntária de preocupações com as questões sociais e ambientais nos serviços prestados pelo banco, procurando sensibilizar colaboradores, clientes, parceiros de negócio, bem como o público em geral para estas temáticas.

Nesta perspetiva, a política de responsabilidade social do banco assenta em vários eixos, desde o cumprimento da legislação aplicável à atividade do banco, garantindo a total transparência da informação prestada aos seus clientes, à aposta na qualidade e certificação do serviço de Provedor do Cliente, promovendo o diálogo constante com o cliente, associações de consumidores e entidades de supervisão. Destaca-se o apoio a iniciativas sociais em domínios como a educação financeira, solidariedade e proteção ambiental.

Educação

No plano da educação, sob a máxima informar e formar, o BNP Paribas Personal Finance S.A. aposta num conjunto de ações com vista a promover o esclarecimento sobre as temáticas de crédito ao consumo.

Sessões de Literacia Financeira

A par da manutenção e atualização de informação do site www.creditoresponsavel.com, o banco tem vindo a realizar, desde finais de 2010, Sessões de Literacia Financeira em várias escolas secundárias da área da grande Lisboa e grande Porto. Com vista a dotar os jovens alunos de conhecimentos que venham no futuro a ser-lhes úteis enquanto consumidores responsáveis, mais de 70 escolas receberam a visita da equipa de Qualidade & Provedor do Cliente Cetelem, tendo sido formados já cerca de 6.000 alunos.

Em 2012, as Sessões de Literacia Financeira foram estendidas à população em geral e promovidas junto das Câmaras Municipais da região de Lisboa e ainda no Ciclo de Conferências “Saber Mais, Viver Melhor”, integrado no projeto “Viver Saudável” da Associação Médicos do Mundo.

Livro de contos infantis “Era uma vez no mundo da poupança”

Com o objetivo principal de transmitir às crianças conceitos como a poupança, a importância do dinheiro, a solidariedade e entreatajuda, foi lançado em 2012, com o aval do Plano Nacional de Leitura, o livro “Era uma vez no Mundo da Poupança”, uma obra da autoria da equipa de Qualidade & Provedor do Cliente Cetelem que reúne um conjunto contos e histórias tradicionais reinventadas. Este livro foi distribuído por cerca de 700 escolas primárias.

Solidariedade

Na área da solidariedade engloba-se o apoio a associações e projetos de cariz social.

Apoio à casa de Acolhimento da Mão Amiga

O banco apoia desde 2008 a **Casa de Acolhimento Mão Amiga**, um centro de acolhimento de crianças em risco, que visa proporcionar os cuidados básicos e o acompanhamento necessário para potenciar o desenvolvimento saudável destas crianças. A par de apoio financeiro são promovidas atividades junto das crianças contando com participação voluntária dos colaboradores do banco.



Entre outras colaborações destaca-se ainda:

- Presença na Mini Maratona de Lisboa, suportando o banco a inscrição dos seus colaboradores, cujos fundos revertem a favor da **ANDAR** (Associação Nacional de Doentes com Artrite Reumatóide);
- Apoio ao projeto Braille do Grupo Impresa Publishing, através do **patrocínio das revistas Visão Braille e Visão Júnior Braille**.

- Patrocínio no âmbito do projeto do grupo BNP Paribas, Mão2, programa que visa encorajar as iniciativas de interesse geral levadas a cabo por associações nas quais os colaboradores do grupo do BNP Paribas Portugal estão envolvidos a título voluntário;
- Apoio a projetos no âmbito da política de Mecenato do BNP Paribas Portugal, tais como organização dos jogos Olímpicos da Elo Social e campanha de recolha de alimentos para a Comunidade Vida e Paz.



Ambiente

As ações desenvolvidas neste âmbito visam a proteção do meio ambiente e a promoção de uma melhor gestão de recursos naturais.

Existe uma forte preocupação com a consciencialização, nomeadamente dos colaboradores, para estas questões. Práticas como a reciclagem de materiais ou alerta para consumo imprescindível de energia e água são já comuns, tem decorrido ações de sensibilização pontuais no decorrer do ano.

Para além destas ações junto dos colaboradores, o banco promove também a redução de consumo de papel junto dos seus clientes, colocando à sua disposição meios digitais, que permitem a consulta online do seu extrato e saldo de conta, sem necessidade de impressão e expedição do mesmo por parte do banco.

3.6. Qualidade

O Dispositivo de Qualidade assenta em três princípios orientadores de grande relevância e de atuação no contexto organizacional do Banco: a Independência, a Transversalidade e a Visibilidade.

No ano de 2012 um dos principais objetivos do Programa de Qualidade do Banco foi atingido por via da manutenção da certificação de Qualidade do serviço de Provedoria do Cliente (Norma ISO 9001/2008) e do seu alargamento a um novo domínio, a Gestão e Divulgação do Crédito Responsável.

Também durante o ano de 2012, e tendo sempre presente o objetivo de melhoria contínuo do serviço prestado aos clientes do Banco, foram concretizadas ações de otimização do sistema de gestão de pedidos e reclamações dirigidas à Provedoria do Cliente com uma tradução prática em significativos ganhos de eficiência, nomeadamente ao nível da redução do tempo de resposta.

A realização de Barómetros de Satisfação a Clientes e a Parceiros constituiu também um eixo importante para a implementação de ações que permitiram a melhoria contínua do nível de serviço prestado aos nossos clientes e parceiros. Estas ações são o resultado da identificação, análise e

definição das Oportunidades de Melhoria decorrentes dos resultados obtidos nos Barómetros de Satisfação.

Considerando a importância da Transversalidade, da partilha de boas práticas, e a necessidade de garantir a melhor conduta dos colaboradores e Departamentos, foi levado a cabo o incremento do número de “Visitas de Qualidade” realizadas a todas as áreas do Banco – FrontOffice, BackOffice e Áreas Comerciais – e um maior seguimento do Plano Global de Qualidade, transversal a toda a empresa.

A aposta na proximidade permanente das chefias à atividade e aos colaboradores tem sido reforçada com o aumento do número de escutas cliente aos vários departamentos operacionais representativos da atividade do Banco que permitem, também, abrir o campo de observação para melhor compreender e ou orientar o serviço prestado aos nossos clientes.

Com vista a uma cada vez maior observância da Proteção dos Interesses dos Clientes e da Satisfação Cliente, está planeado para 2013 um projeto de Formação “Focus Cliente” para todas as equipas de negócio. O projeto “Focus Cliente” visa dotar os colaboradores de negociação orientada para a concessão de Crédito Responsável.

Na vertente de responsabilidade social, em concreto no que diz respeito ao contributo dado para a Literacia Financeira, o Crédito Responsável foi mais uma vez, uma aposta.

Em 2012, no âmbito da 2ª Edição do Programa Crédito Responsável nas Escolas foram formados mais de 3000 alunos. Para além das Escolas, também as autarquias foram abrangidas pelo plano de formação de literacia financeira sendo ambas as ações ministradas pelo Provedor do Cliente.

Para 2013, estão planeadas diversas iniciativas formativas internas e externas, mantendo as já habituais sessões de esclarecimento para jovens estudantes, tendo como tema central a “Gestão do Orçamento”. Este ano mais do que contribuir para a formação financeira queremos suscitar a reflexão e o debate sobre o Crédito ao Consumo, salientando o seu contributo como impulsionador da economia, sensibilizando em simultâneo para os cuidados que exige. Esta será igualmente uma forma de receber dos jovens as suas perspetivas em relação ao crédito e que contributo esperam de nós para o seu futuro.

3.7. Risco

No final de 2012 o Crédito em Risco representava 23,7% do Crédito a Clientes Total, que compara com um valor de 23,6% em dezembro de 2011. No que respeita ao rácio de Crédito com Incumprimento sobre o Crédito Total, apuramos um valor de 17,6% contra 17,8% em dezembro de 2011.

O rácio de Crédito a Clientes em Risco (líquido) face ao Crédito Total (líquido) ascendeu a 8% (contra 9% em 2011). O Crédito com Incumprimento (líquido) face ao Crédito Total (líquido) representava cerca de 1% em dezembro de 2012, contra 1% no final de 2011.

Adicionalmente, o nível de cobertura do crédito vencido por provisões específicas para crédito vencido ascendeu a 97% (contra 93% em 2011).

3.8. Balanço e conta de exploração

Em 2012 os resultados líquidos gerados totalizaram 23,96 milhões euros, representando um decréscimo face ao ano anterior, tal como apresentado na tabela 6.

Principais indicadores económico-financeiros

Tabela 6 – Detalhe dos Principais Indicadores Económico-Financeiros

Milhares de Euros	2012	2011	Δ12/11
Resultados Líquidos	22.959	26.004	-12%
Ativo Líquido	1.092.178	1.209.817	-10%
ROA (%)	2,10%	2,15%	0,05 p.p.
Capitais Próprios	128.105	136.196	-6%
ROE (%)	17,92%	19,09%	-1,17 p.p.
Produto Bancário	126.311	132.451	-1%
Resultado Antes Imposto / Ativo Líquido Médio (%)	3,00%	2,95%	0,05 p.p.
Produto Bancário / Ativo Líquido Médio (%)	11,05%	10,72%	0,33 p.p.
Resultado Antes Imposto / Capitais Próprios Médios (%)	26,07%	26,01%	0,06 p.p.

O Ativo Líquido a 31 de dezembro de 2012 totalizava 1.092 Milhões de euros, o que representa uma redução de 10% face a 2011.

A evolução dos Capitais Próprios do Banco acompanha a evolução do Ativo do Banco, sempre no estrito cumprimento dos rácios de solvabilidade.

Evolução do Produto Bancário Líquido da Anulação de Proveitos

Tabela 7 – Detalhe da Evolução do Produto Bancário

Milhares de Euros	2012	2011	Δ12/11
(+) Juros e Rendimentos Similares	129.350	136.018	-5%
(-) Juros e Encargos Similares	43.452	46.413	-6%
(=) Margem Financeira Bruta	85.899	89.604	-6%
(+) Comissões e Out. Res. Exploração	42.022	45.494	-8%
(-) Encargos c/ Comissões	1.610	2.647	-39%
(=) Produto Bancário	126.311	132.451	-5%

Os juros e rendimentos similares registaram uma diminuição semelhante à diminuição dos juros e encargos similares, o que representou uma perda na Margem Financeira Bruta de cerca de 6%. Por sua vez, o Produto Bancário registou um decréscimo de 5% face a 2011, devido em grande parte ao contributo negativo com da rubrica “Comissões e Outros Resultados de Exploração”, onde se verifica uma redução de 8% face ao ano transato.

Custos de Exploração

Os Gastos Administrativos e Custos com Pessoal totalizaram cerca de 51 milhões de euros em 2012, representando um decréscimo de 8% face a 2011 e que resultam dos esforços sobre a eficiência operacional e controlo dos custos.

Tabela 8 – Detalhe da Evolução dos Custos de Exploração

	2012	2011
Custos Funcionamento / Ativo Líquido (%)	4,69%	4,61%
Custos Pessoal / Custos Funcionamento (%)	37%	35%
Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto Bancário (%)	44%	46%
Custos Pessoal / Produto Bancário (%)	15%	15%

3.9. Gestão dos Riscos Financeiros

O Banco centra a sua atividade na concessão de crédito ao consumo, pelo que os principais riscos a que está são os seguintes:

- Risco de Crédito;
- Risco Operacional (incluindo Risco de Sistemas de Informação, Risco Legal e de Recursos Humanos);
- Risco de Taxa de Juro;
- Risco de Liquidez;
- Risco de Estratégia;
- Risco de Compliance;
- Risco de Reputação e Imagem.

Encontrando-se o Banco sujeito às políticas e metodologias de análise, cálculo e valoração de riscos definidas pelo Grupo BNP Paribas, importa destacar a relevância atribuída ao Risco de Crédito e ao Risco Operacional, riscos materialmente relevantes, para os quais o Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A. aplica os seguintes métodos para o cálculo de requisitos de fundos próprios:

- STANDARD para o Risco de Crédito e de Contraparte;
- AMA para o Risco Operacional, desde 01-01-2008.

No que concerne aos Testes de Esforço, definidos na Instrução 4/2011 do BdP, o Banco realiza periodicamente análises de sensibilidade e análises de cenário com vista ao estudo do impacto de evoluções adversas nas principais variáveis do negócio, e principalmente no risco de crédito.

Os resultados destas análises são também reportados no âmbito da elaboração anual do Processo de Autoavaliação da Adequação do Capital regulamentar (ICAAP-Aviso 15/2007, do BdP).

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de incorrer numa perda económica nos empréstimos ou títulos de crédito, ocorrida ou potencial por responsabilidades assumidas, resultante da alteração da qualidade do crédito dos devedores do Banco, que pode eventualmente tornar-se default. A probabilidade de default e a recuperação prevista dos empréstimos ou títulos de crédito no evento de default são componentes chave para a avaliação da qualidade do crédito.

O risco de crédito, medido ao nível da carteira, considera correlações entre os valores dos empréstimos e títulos de crédito que compõem essa mesma carteira.

Risco Operacional

O risco operacional é o risco de ocorrência de uma perda económica resultante de uma inadequação ou falha nos processos internos, ou resultante de eventos externos, sejam eles atos deliberados, acidentais ou naturais. A gestão do risco operacional é efetuada através de uma análise de causa – evento – efeito.

Os processos internos podem envolver situações incluindo recursos humanos e/ou sistemas. Os eventos externos incluem (mas não limitados) cheias, incêndios, terremotos e ataques terroristas. As ocorrências verificadas no risco de crédito ou mercado como o “*default*” ou uma alteração de valor que afeta o risco de crédito ou de mercado não são tratadas no âmbito do risco operacional.

O Risco operacional engloba risco de recursos humanos, riscos legais, riscos fiscais, riscos de sistemas de informação, riscos de falhas em processos, riscos ligados à publicação de informação financeira e as implicações financeiras resultantes dos riscos de reputação e conformidade (Compliance).

De acordo com a regulamentação francesa, o risco de compliance é o risco de sanções legais, administrativas ou disciplinares, juntamente com as perdas financeiras significativas que um banco pode sofrer em resultado do seu fracasso no cumprimento de todas as leis, regulamentos, códigos de conduta e padrões de boas práticas aplicáveis às atividades bancária e financeira (incluindo instruções emitidas por um corpo executivo, particularmente na aplicação de diretivas emitidas por um corpo de supervisão).

Por definição, este risco é uma subcategoria do risco operacional. No entanto, considerando que certas implicações do risco de compliance envolvem mais do que meras perdas financeiras, podendo mesmo danificar a reputação da instituição, o Banco trata o risco de compliance separadamente.

A gestão do Risco Operacional do Banco é assegurada pelo departamento de Gestão dos Riscos. Estando englobado no perímetro do Grupo BNP Paribas, o Banco aplica o Método Avançado ('AMA') para determinação dos montantes de requisitos de fundos próprios para cobertura dos riscos operacionais desde 1 de janeiro de 2008.

O cálculo de capital baseia-se em dados locais referentes aos incidentes operacionais históricos e incidentes operacionais potenciais valorizados de acordo com a referida metodologia, e na aplicação de modelos estatísticos que conjugam as diversas componentes de cálculo, sendo o mesmo afetado a cada país em função do Produto Bancário Líquido.

A partir da organização por processos de negócio e de suporte, são analisadas e quantificadas todas as "falhas" ocorridas e reportadas relativas a essas áreas, aferindo-se sobre os eventos, causas, consequências, efeitos (impactos financeiros), e levando, com conhecimento da Administração e do Comité de Direção, a implementação de ações e medidas corretivas para as principais falhas.

Os principais impactos verificados são inseridos e reportados ao Grupo, o qual analisa e controla regularmente a base de cada filial.

Toda a quantificação e análise dos incidentes históricos e potenciais são efetuadas tendo em conta os 7 eventos de risco operacional:

- Fraude Externa;
- Fraude Interna;
- Práticas em matéria de emprego e segurança no local de trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Danos ocasionados a ativos físicos;
- Perturbação das atividades comerciais e falhas do sistema;
- Execução, entrega e gestão de processos.

A metodologia para a hierarquização dos eventos de risco assenta nas seguintes etapas: Descrição da disfunção; Causa; Frequência (nº de vezes que ocorre o evento); Consequência (risco potencial); Impacto (severidade); Nível de risco (cruzamento da frequência com a severidade).

A gestão dos riscos operacionais é também assegurada numa ótica de 'Governance', através da realização regular de comités específicos sobre a matéria, com a participação do Comité Executivo, assim como o reporte semanal das principais "falhas" ou "deficiências" detetadas, e respetivos planos de ação com vista a melhorar os processos, mitigar os riscos e minimizar os impactos financeiros.

Os principais incidentes ocorridos analisados e quantificados são também reportados diretamente ao Grupo BNP Paribas, o qual analisa e controla regularmente a base de cada filial.

Toda a recolha de dados históricos e prospetivos, assim como a sua análise e quantificação são inseridas numa ferramenta própria do grupo BNPP Paribas (FORECAST), permitindo assim ao Grupo uma revisão frequente e detalhada dos dados e respetiva qualidade. Existe também uma base local com todo o histórico dos incidentes ocorridos, e respetiva análise, com um acompanhamento regular até à correção e conclusão da deficiência.

Os controlos são frequentemente avaliados, a partir de uma grelha. Para cada incidente ocorrido ou potencial é feito um levantamento dos controlos existentes e avaliada a eficácia dos mesmos, numa perspetiva de mitigação dos riscos. O levantamento dos controlos existentes é, por sua vez, cruzado com informações recolhidas pelo Departamento de Compliance.

Risco de Taxa de Juro

Este risco é materializado como sendo a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital devido a movimentos adversos nas taxas de juro de elementos da carteira bancária, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extra patrimoniais.

O Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A. concede créditos maioritariamente a taxa fixa, sendo a sua atividade de concessão de crédito a taxa variável inferior a 4% do total créditos concedidos durante o ano e obtém o financiamento integralmente junto do Grupo em França (BNP Paribas Paris).

A carteira de crédito concedido a taxa variável indexada à Euribor a 3 meses é financiada através do recurso a empréstimos a taxa indexada à Euribor a 3 meses, mas com uma liquidez até à maturidade do ativo subjacente, eliminando-se qualquer impacto decorrente de uma variação da taxa de juro.

No que respeita às operações realizadas a taxa fixa, o risco de taxa de juro máximo em que possamos incorrer será o resultante de eventuais diferenças de sobreposição entre a curva de amortização das necessidades de financiamento e a curva de amortização dos recursos, compostos por empréstimos a taxa fixa ou por empréstimos a 3 meses, renováveis, mas cuja variação de taxa está coberta por *swaps*.

Destes factos resulta que não se verificam impactos significativos por variações da taxa de juro, justificando-se como tal que o nível de risco seja classificado de Reduzido.

O controlo do risco de Taxa de Juro é efetuado mensalmente pelo Departamento de Controlo e Reporting, no âmbito dos procedimentos de fecho de contas, sendo igualmente objeto de seguimento mensal por parte da Direção Financeira de forma a verificar que o *gap* de taxa de juro não ultrapassa o limite definido localmente de 1% da carteira de crédito, também em linha com as regras do Grupo.

De acordo com o definido pela Instrução nº 19/2005 do Banco de Portugal, uma variação da taxa de juro de 200 pontos base origina um impacto acumulado negativo no Capital Próprio de 5.721 mil euros, que corresponde a um impacto negativo de 6%.

A mesma variação da taxa de juro para os instrumentos sensíveis à taxa de juro até um ano origina um impacto acumulado na Margem Financeira no montante de 430 mil euros.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez e de refinanciamento é o risco de o Banco ser incapaz de cumprir requisitos de liquidez ou de garantia, atuais ou futuros, previstos ou imprevistos, sem afetar as transações de rotina ou a sua posição financeira. Este risco pode surgir em resultado de uma total ou parcial falta de liquidez em certos ativos ou o desaparecimento de certas fontes de financiamento. Pode estar relacionado com o próprio banco (risco de reputação) ou com fatores externos (crise em certos mercados).

O risco de liquidez e refinanciamento é gerido através de uma política global de liquidez, aprovada pela Gestão Executiva do Grupo. Esta política é baseada em princípios de gestão desenhados para serem aplicados tanto em condições normais como em situações de crises de liquidez. A posição de liquidez do Banco é avaliada com base em padrões internos, pontos de alerta e rácios regulamentares.

O risco de liquidez e refinanciamento é gerido ao nível do Grupo BNP Paribas.

Risco de Estratégia

É visto como a realização de escolhas estratégicas ou pela sua implementação inapropriada, e resulta para o Grupo BNP Paribas na queda dos preços das ações.

Considerado como sendo a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrentes de decisões estratégicas inadequadas, da deficiente implementação das decisões ou da incapacidade de resposta a alterações do meio envolvente ou a alterações no ambiente de negócio.

O Banco acompanha e monitoriza o risco de estratégia através de análises permanentes, em linha com as diretivas e práticas do Grupo BNP Paribas, dos impactos e resultados da adoção de estratégias, da implementação de decisões ou capacidade de resposta a novas estratégias, novos produtos, organizações ou atividades, considerando o respetivo peso no negócio.

Sob coordenação e aprovação do Conselho de Administração, a estratégia do Banco é aplicada através da Direção Geral e do Comité de Direção.

Risco de Compliance

Este risco é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de violações ou não conformidade relativamente a leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de relacionamento com clientes, práticas instituídas ou princípios éticos, que se materializem em sanções de carácter legal, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais.

Por definição, o risco de *compliance* é uma subcategoria do risco operacional. No entanto, algumas consequências de falhas ao nível da conformidade podem ter impactos além de uma perda financeira, podendo por em causa a reputação do Banco. O Banco implementou uma organização específica e processos para gerir o risco de *compliance*.

Considerando a conjuntura atual e a relevância atribuída ao Risco de Compliance pelas diretivas do Grupo BNP Paribas, o Banco acompanha e controla permanentemente o risco de incumprimento ou violação das obrigações legais e regulamentares, disposições contratuais, regras de conduta e de deontologia no relacionamento com clientes e entidades externas e na prevenção do Branqueamento de Capitais e da Fraude.

A avaliação e seguimento do nível de risco é gerido a partir dos controlos da atividade de concessão de crédito, qualidade do serviço pós-venda, qualidade das parcerias comerciais, cumprimento das regras legais e regulamentares ao nível contratual, novos produtos, organizações e atividades, prestações de serviço externas, bem como ao nível da publicidade e obrigações de reporte de informações a entidades reguladoras e outras entidades externas.

Risco de Reputação e Imagem

O risco de reputação é o risco de danificar a confiança depositada numa empresa pelos seus clientes, contrapartes, fornecedores, colaboradores, acionistas, reguladores e qualquer outra parte interessada (*stakeholder*) cuja confiança seja condição essencial para que a empresa prossiga as suas operações do dia-a-dia.

O risco de reputação é essencialmente dependente de todos os outros riscos suportados pelo Banco e, excetuando rumores de mercado que levem a uma alteração na cotação das ações (este risco é incorrido diretamente pelos acionistas e não pode ser protegido pelo capital social do Banco), os seus impactos são incluídos em perdas estimadas incorridas para outras categorias de risco.

O Grupo BNP Paribas considera este risco não mensurável, sendo ele controlado e seguido através de procedimentos elaborados pela empresa (que definem regras e circuitos a respeitar) e controlos.

3.10. Gestão do Capital e Rácio de Solvabilidade

A gestão de capital do Banco encontra-se a cargo da Direção Financeira e tem como objetivos:

- Garantir o capital suficiente para permitir o crescimento sustentado da atividade;
- Assegurar o cumprimento dos requisitos mínimos de capital definidos pelo Banco de Portugal;
- Assegurar o cumprimento das normas do Grupo BNP Paribas em termos de gestão de capital.

Em termos prudenciais, o Banco está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que estabelece as regras que sobre esta matéria devem ser cumpridas pelas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos compromissos e riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

O quadro que se segue apresenta um resumo das componentes dos fundos próprios:

Tabela 9 – Detalhe da Evolução das Componentes dos Fundos Próprios e do Rácio de Solvabilidade

Euros	2012	2011
Fundos Próprios		
Capital Realizado	45.661.800	45.661.800
Prémios de Emissão	11.237.516	11.237.516
Reservas Legais e Resultados Transitados	48.246.814	53.292.730
Imobilizações Incorpóreas / Ativos Intangíveis	-4.718.817	-6.527.359
(A1) Fundos Próprios de Base excluindo Ações Preferenciais (Core Tier I)	100.427.313	103.664.687
(A2) Fundos Próprios de Base (Tier I)	100.427.313	103.664.687
Fundos Próprios Complementares (Tier II)	0	0
(A3) Fundos Próprios Elegíveis Totais	100.427.313	103.664.687
Requisitos de Fundos Próprios		
Calculado de acordo com o Aviso 5/07 (Risco de Crédito)	65.949.791	72.779.096
Calculado de acordo com o Aviso 9/07 (Risco Operacional)	6.715.000	6.063.000
(B) Requisitos de Fundos Próprios Totais	72.664.791	78.842.096
Rácios Prudenciais		
Rácio de Adequação de Fundos Próprios (A3/B* 12,5)	11,1%	10,5%
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (A2/B* 12,5)	11,1%	10,5%
Rácio Core Tier (A1/B* 12,5)	11,1%	10,5%

Os Rácios de Solvabilidade, de Qualidade de Crédito, de Rendibilidade e de Eficiência apresentados neste documento estão conforme a Instrução 23/2012 emitida pelo Banco de Portugal.

Ainda em relação à Instrução 23/2012 não são publicados os rácios de Transformação apresentados na referida instrução, uma vez que a política comercial do Banco não contempla a captura de Depósitos de Clientes.

4. Perspetivas Futuras

O contexto macro económico que se perspetiva para 2013 deverá manter a tendência de degradação de variáveis fundamentais ao crédito ao consumo. Em particular, a esperada contração do consumo privado (-6,2% na última previsão do Research do Grupo BNP Paribas), o aumento da taxa de desemprego e a evolução negativa do rendimento disponível das famílias, são fatores que nos permitem antever em 2013 uma nova redução dos níveis de concessão de crédito ao consumo.

Adicionalmente, diversas alterações do contexto legislativo e regulamentar terão impactos importantes na rentabilidade das operações de crédito ao consumo, obrigando os diferentes atores a redefinir os seus modelos de negócio.

O Banco BNP Paribas Personal Finance, encara este contexto como uma oportunidade, fruto:

- Da sua robustez financeira e do apoio do Grupo BNP Paribas às atividades do Banco, reforçadas pelas sinergias criadas após a fusão do Cetelem com o Credifin e que atingiram em 2012 a sua fase de cruzeiro;
- Da escala da sua operação líder de mercado e da complementaridade das várias áreas de negócio onde está presente (Distribuição, Auto e Direto) que permitem uma diluição dos riscos associados à evolução da procura e do incumprimento.

Neste contexto, o Banco pretende reforçar a sua aposta no mercado Português, através dos seguintes eixos prioritários:

- Reforçar a sua política de crédito responsável e sustentável;
- Investir na inovação, eficiência e simplificação dos seus processos, com vista à melhoria da qualidade de serviço e redução dos custos de exploração;
- Desenvolver a sua atividade de financiamento Automóvel;
- Tirar partido dos 20 anos do Cetelem em Portugal para afirmar os valores do Banco e o papel benigno do crédito ao consumo na economia e na sociedade.

5. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da sua competência estatutária e da legislação aplicável, o Conselho aprovou a seguinte proposta de aplicação de resultados referente ao exercício de 2012, a submeter à próxima Assembleia Geral Anual de Acionistas do Banco BNP Paribas Personal Finance:

Que o resultado líquido do exercício de 2012, no montante de 22.959.263,95 euros, seja aplicado como se segue:

- Reserva Legal (10% do resultado líquido): 2.295.926,40 euros;
- Distribuição de dividendos (2,25€/ação): 20.547.810,00 euros;
- O restante, no montante de 115.527,55 euros, para reforço de Resultados Transitados.

6. Notas Finais

Terminado que foi mais um ano de atividade, vem o Conselho de Administração do Banco expressar os seus agradecimentos:

- Aos colaboradores em Portugal pela dedicação e empenho demonstrados no desempenho das suas funções;
- À estrutura central situada em França e aos colegas de outras filiais pelo apoio e colaboração recebidos;
- Ao Conselho Fiscal e aos Auditores, pelo interesse e disponibilidade demonstrados;
- Às autoridades financeiras e de tutela por toda a colaboração prestada ao longo do exercício.

Uma palavra ainda de agradecimento aos nossos Clientes e Parceiros pela preferência com que nos distinguiram, ajudando-nos a construir e reforçar o Banco BNP Paribas Personal Finance em Portugal.

Lisboa, 27 de fevereiro de 2013

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jean Marie Bellafiore, Presidente
Marie-Hélène Moreau Nollet, Vice-Presidente
Serge Le Bolès, Administrador Delegado
Susana Godinho, vogal
Thierry Laborde, vogal
Jean Yves Moiron, vogal
Bruno Salmon, vogal
Alain Van Groenendal, vogal

7. Bibliografia

- European Economic Forecast Autumn 2012 – Comissão Europeia;
- Boletim Económico Inverno 2012 – Banco de Portugal;
- Dados de Crédito ao Consumo ASFAC – Associação de Instituições de Crédito Especializado;
- Boletim Estatístico Mensal – Banco de Portugal;
- Press-Release FMI: “FMI conclui sexta avaliação do Acordo EFF com Portugal e aprova desembolso de 838,8 milhões de euros”;
- Eurostat;
- Dados relativos à venda de viaturas ACAP – Associação Automóvel de Portugal.

2 | Demonstrações Financeiras



Banco BNPP Personal FinanceDemonstração do Rendimento Integral do período findo em 31 de Dezembro 2012
(Em euros)

		Notas / Quadros anexos	Ano	Ano anterior
79+80+8120	Juros e rendimentos similares	18	129 350 341	136 017 711
66+67+6820	Juros e encargos similares	19	(43 451 690)	(46 413 497)
	MARGEM FINANCEIRA		85 898 651	89 604 214
82	Rendimentos de instrumentos de capital	20		50 799
81-8120	Rendimentos de serviços e comissões	21	21 658 218	26 538 121
68-6820	Encargos com serviços e comissões	22	(1 610 195)	(2 647 807)
-692-693-695(1)-696(1)-698-69900- 69910+832+833+835(1)+836(1)+838+ 83900+83910	Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	23		29 601
-694+834	Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda (líquido)			
-690+830	Resultados de reavaliação cambial (líquido)	24	89	(118)
-691-697-699(1)-725(1)-726(1)+ 831+837+839(1)+843(1)+844(1)	Resultados de alienação de outros ativos	25	(701 441)	(532 848)
-695(1)-696(1)-69901-69911-75-720- 721-722-723-725(1)-726(1)-728+ 835(1)+836(1)+83901+83911+840+ 843(1)+844(1)+848	Outros resultados de exploração	26	21 065 615	19 408 686
	PRODUTO BANCÁRIO		126 310 937	132 450 648
70	Custos com o pessoal	27	(18 891 255)	(19 778 240)
71	Gastos gerais administrativos	28	(32 376 842)	(35 941 604)
77	Depreciações e amortizações	9	(4 173 924)	(5 207 951)
781+783+784+785+786+788-881-883- 884-885-886-888	Provisões líquidas de reposições e anulações	7	1 276 498	599 691
78000+78001+78010+78011+7820+7821+ 7822-88000-88001-88010-88011-8820- 8821-8822	Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	7	(37 780 249)	(35 509 575)
760+7620+7618+76211+76221+7623+ 7624+7625+7630+7641+765+766+ 78002(1)+78012(1)+7823+7828(1)-870- 8720-8718-87211-87221-8723-8724- 8726-8730-8741-875-876-88002(1)- 88012(1)-8823-8828(1)	Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações			
768+769(1)+78002(1)+78012(1)+7828(1)- 877-878-88002(1)-88012(1)-8828(1)	Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	7	(73 037)	(153 407)
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		34 292 128	36 459 562
65	Impostos Correntes	10	(12 019 833)	(7 949 868)
74+86	Diferidos	11	686 969	(2 505 586)
	RESULTADO APÓS IMPOSTOS		22 959 264	26 004 108
72600+7280+8480+84400	Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas			
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		22 959 264	26 004 108
	Outro rendimento integral do exercício			
	TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO		22 959 264	26 004 108

Banco BNP Paribas Personal Finance, SA

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

	31-12-2012	31-12-2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Juros e rendimentos recebidos	115.216.690	136.548.196
Juros e gastos pagos	(27.035.077)	(29.161.298)
Serviços e comissões recebidas	28.385.171	22.812.116
Serviços e comissões pagas	(11.551.299)	(14.541.753)
Recuperações de crédito e juros previamente abatidos	2.765.122	3.802.659
Pagamentos a empregados e fornecedores	(44.956.101)	(46.434.225)
	62.824.506	73.025.695
Varição nos Ativos Operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	-	-
Crédito a clientes	62.499.014	19.941.221
Derivados ativos de negociação	-	-
Derivados ativos de cobertura	-	-
Ativos não correntes detidos para venda	(1.066.535)	(900.019)
Outros ativos operacionais	11.726.505	(10.270.242)
Varição nos Passivos Operacionais:		
Recursos de instituições de crédito	(105.136.241)	(69.027.883)
Recursos de Clientes e Empréstimos	(882.582)	(753.475)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-
Passivos financeiros associados a ativos financeiros transferidos	-	-
Derivados passivos de negociação	-	(39.238)
Derivados passivos de cobertura	(699.172)	(1.770.925)
Outros Passivos operacionais	17.051.242	22.484.635
	(16.507.769)	(40.335.925)
Impostos sobre Lucros Pagos	(13.704.809)	(1.198.639)
	32.611.928	31.491.131
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de Investimentos em Filiais e Associadas	-	-
Dividendos recebidos e outros proveitos	-	-
Compra de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
Aquisições de ativos intangíveis e outros ativos tangíveis	(1.423.779)	(2.550.180)
Alienações de ativos intangíveis e outros ativos tangíveis	18.295	494.616
	(1.405.484)	(2.055.564)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Emissão de Passivos Subordinados	-	-
Amortização de dívida titulada	-	-
Juros de dívida titulada	-	-
Aumento de Capital	-	-
Distribuição de dividendos	(31.050.024)	(29.680.170)
	(31.050.024)	(29.680.170)
Fluxos de caixa líquidos de atividades de financiamento		
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	-	(390)
	156.420	(244.994)
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	2.300.157	2.545.152
Caixa e seus equivalentes no Fim do Período	2.456.577	2.300.157
	156.420	(244.994)

Banco BNPP Personal Finance

Demonstração de alterações dos capitais próprios em 31 de Dezembro de 2012
(Expressas em euros)

Notas	Capital	Ações (quotas)	Outros	Prémios de	Reservas legais	Outras	Resultados	Ajustamentos em	Excedentes de	Outras	Resultado	Total
	realizado	próprias	instrumentos de capital próprio	emissão		reservas	transitados	ativos financeiros	revalorização	variações no capital próprio	líquido do período	
Posição 31.12.2010	45.661.800			191.838.200	16.565.316		(130.590.957)				16.397.855	139.872.214
Distribuição do Resultado do exercício de 2009												
Distribuições de dividendos e resultados transitados							(14.977.068)				(14.703.100)	(29.680.168)
Transferência para reservas e resultados transitados					1.639.786		54.971				(1.694.757)	-
Transferência de prémios de emissão para resultados transitados				(180.600.684)			180.600.684					-
	45.661.800	-	-	11.237.516	18.205.102	-	35.087.630	-	-	-	0	110.192.046
Resultado líquido do período											26.004.108	26.004.108
Posição a 31.12.2011	45.661.800			11.237.516	18.205.102		35.087.630				26.004.108	136.196.154
Distribuição do Resultado do exercício de 2011												
Distribuições de dividendos	-	-	-	-	-	-	(12.785.304)	-	-	-	(18.264.720)	(31.050.024)
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	2.600.411	-	5.138.977	-	-	-	(7.739.388)	(0)
Transferência de prémios de emissão para resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	2.600.411	-	(7.646.327)	-	-	-	(26.004.108)	(31.050.024)
Resultado líquido do período											22.959.264	22.959.264
Posição a 31.12.2012	45.661.800			11.237.516	20.805.513		27.441.301				22.959.264	128.105.394

3

Notas às Demonstrações Financeiras



Aspetos gerais

O Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A., anteriormente designado Banco Cetelem, S.A (Banco), é uma Instituição Financeira cuja atividade está agora regulada pelo Decreto-Lei n.º 298/92 de 31 de dezembro, com as devidas alterações aportadas pelos Decretos-Lei 246/95 e 232/96, tendo sido criada em 30 de maio de 2003 por transformação da sociedade Cetelem SFAC, S.A. e incorporação da totalidade dos ativos, passivos e relações contratuais que constituíam o Banco Cetelem – Sucursal, S.A., estabelecimento em Portugal da Cetelem, S.A. (instituição de crédito de direito francês).

A Instituição tem a sua sede social no Centro Empresarial das Torres de Lisboa, Rua Tomás da Fonseca, Torre G, 15º, em Lisboa e opera atualmente com duas delegações – Lisboa (Sede) e Gaia.

O Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A. é especializado na concessão de crédito ao consumo, apesar dos seus estatutos lhe permitirem a realização de todas as atividades geralmente permitidas aos bancos. O seu capital social, de 45.661.800 euros, encontra-se totalmente subscrito e realizado e é representado por 9.132.360 ações ao portador de 5 Euros cada.

Os acionistas de referência são a casa-mãe do grupo em França, o ‘BNP Paribas Personal Finance, S.A.’ (anteriormente ‘Cetelem, S.A.’) que, por sua vez, integra o grupo BNP Paribas.

Em 29 de maio de 2009, o Banco Cetelem, S.A. procedeu à aquisição da Cofinoga (Portugal), SGPS, S.A., entidade detentora de 100% do capital social e dos direitos de voto do Credifin – Banco de Crédito ao Consumo, S.A. e da Fideplus – Prestação de Serviços Promocionais de Marketing e Fidelização, Lda., com o objetivo de vir a criar uma única entidade, referência no mercado do crédito ao consumo em Portugal.

Com a concretização da fusão entre as sociedades, por escritura pública registada em 28 de janeiro de 2010, o Banco Cetelem, S.A. incorporou os ativos e passivos das entidades pertencentes ao universo Cofinoga em Portugal, que se extinguíram nessa mesma data. Em consequência da fusão, foi também alterada a denominação social da sociedade incorporante para “Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A.”.

Notas

Nota 1 - Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras e Comparabilidade

As demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A. foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respetivo suporte documental mantidos de acordo as disposições emitidas pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

Desde 1 de janeiro de 2006 que as demonstrações financeiras do Banco são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, com exceção das matérias previstas nos Avisos nº 1/2005 e nº 4/2005 do Banco de Portugal, nomeadamente no que diz respeito à valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se manteve, até 2008, o regime definido pelo Banco de Portugal.

A partir de 2008, as contas individuais do Banco passaram igualmente a integrar o conceito de imparidade, tal como definido no normativo IAS 39, através da aplicação da metodologia definida pelo Grupo para efeitos de apresentação das contas consolidadas.

No âmbito do processo de aquisição suprarreferido, a sociedade procedeu ao reconhecimento de valor de diferença de primeira consolidação, no montante de cerca de 181 milhões de euros - correspondente à diferença entre o custo de aquisição (incluindo despesas) e o justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis das empresas adquiridas.

Visando assegurar a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira pós-fusão, adotando critérios de prudência, por um lado, e tendo também em consideração a dificuldade de avaliação da evolução do justo-valor dessa diferença, dada a plena integração de atividades, foi tal diferença refletida nas contas de 2010 diretamente por contrapartida de débito de Capital Próprio.

Nota 2 – Principais Critérios Valorimétricos Utilizados

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

2.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos pelo Banco na data de negociação ou contratação. Nos casos em que, por imposição contratual ou legal/regulamentar, os direitos e obrigações subjacentes se transferem em datas diferentes, será utilizada a última data relevante.

O Banco classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: ativos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, empréstimos e contas a receber e ativos financeiros disponíveis para venda. A gestão determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial.

Para efeitos de interpretação, o justo valor é o montante pelo qual um ativo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e com igual interesse em efetuar a transação. Na data de transação ou negociação de uma operação, o justo valor é geralmente o valor pelo qual foi efetuada a transação.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor de ativos financeiros é determinado com base em:

- preços de um mercado ativo; e
- tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“discounted cash flows”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Para os casos em que não é possível calcular com fiabilidade o justo valor, nomeadamente instrumentos de capital ou instrumentos financeiros derivados sobre instrumentos de capital, o registo é efetuado ao custo de aquisição.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Os ativos financeiros deixam de ser reconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

2.1.1. Ativos Financeiros Avaliados ao Justo Valor Através de Resultados

Esta categoria inclui os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros designados na opção de justo valor. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se o principal objetivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela gestão, respetivamente.

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os ativos financeiros que cumpram os seguintes requisitos:

- elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento (por vezes, denominada “uma falta de balanceamento contabilística”);
- um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e a informação sobre o grupo é fornecida internamente ao pessoal chave da gerência da entidade nessa base; ou
- se um contrato contiver um ou mais derivados embutidos, que segundo o IAS 39 têm de ser bifurcados.

Os instrumentos financeiros derivados também são classificados nesta categoria como ativos financeiros detidos para negociação, exceto quando fazem parte de uma relação de cobertura.

A avaliação destes ativos é efetuada diariamente com base no justo valor. O valor de balanço dos instrumentos de dívida que se encontram registados nesta categoria inclui o montante de juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de variações de justo valor são reconhecidos em resultados.

2.1.2. Créditos e outros valores a receber

O crédito e outros valores a receber compreende todos os ativos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a atividade típica da concessão de crédito a clientes, incluindo operações de locação financeira mobiliária, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da atividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo seu valor nominal, acrescido das receitas e despesas associadas à contratação das operações de crédito, que são periodizadas na proporção do registo dos respetivos juros.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando expiram os direitos contratuais do Banco à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

A rubrica crédito a clientes reflete o capital ainda não vencido e o capital, juros e outros valores contidos nas prestações vencidas e não pagas. Estes últimos estão distribuídos por classes de risco que refletem o escalonamento temporal do capital, juros e outros valores vencidos, em função do período decorrido após o respetivo vencimento.

As rendas e outros valores vencidos e não cobrados, relativos a um mesmo contrato, são registados na classe de risco em que se encontram os montantes por pagar há mais tempo.

O Banco classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros corridos que continuem a ser devidos após 30 dias do seu vencimento. Nos créditos em contencioso todas as prestações de capital são consideradas vencidas (vincendas ou vencidas).

As garantias prestadas e compromissos irrevogáveis ou revogáveis são registados nas contas extrapatrimoniais pelo valor em risco.

Os créditos designados como ativos cobertos são valorizados de acordo com a política descrita na nota 2.3.1 – Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura – Derivados de cobertura.

O princípio contabilístico da especialização dos exercícios é seguido relativamente à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, especialmente no que se refere aos juros contidos nas prestações de contratos de crédito e aos juros de financiamento obtido que são contabilizados como proveitos ou custos, respetivamente, à medida que vão sendo gerados, independentemente

do momento em que são cobrados ou pagos. No entanto, sempre que uma operação ativa se encontra vencida há mais de 3 meses, procede-se à anulação dos respetivos juros, os quais só serão considerados proveitos no momento em que forem efetivamente recebidos.

Imparidade Associada ao Crédito a Clientes

Conforme referido na nota 1, desde 2008 que o Banco passou a considerar nas suas contas locais o diferencial positivo existente entre o valor das perdas potenciais por imparidade, determinadas de acordo com a metodologia definida pelo Grupo para efeitos de preparação das contas consolidadas, de acordo com o definido na IAS 39, e o valor das provisões contabilísticas, determinadas de acordo com as regras definidas pelo Aviso 3/95.

A 31 de dezembro de 2012, a imparidade de crédito a clientes determinada de acordo com a metodologia definida pelo Grupo, em aplicação da norma IAS 39, não apresenta qualquer diferencial face ao valor das provisões contabilísticas, determinadas de acordo com as regras definidas pelo aviso 3/95 do Banco de Portugal, situação idêntica à ocorrida em dezembro de 2011.

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito.

As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior.

A metodologia de análise de imparidade definida pelo Grupo prevê a realização de análises de imparidade de forma individual para ativos financeiros relativamente aos quais se considera que o valor agregado da exposição é individualmente significativo e, de forma coletiva, para grupos homogêneos de ativos de montante individual não significativo.

Dadas as características da carteira de crédito do Banco, apenas são efetuadas análises individuais relativamente ao crédito concedido a parceiros de negócio, sendo a restante carteira, referente a crédito de pequenos montantes concedido maioritariamente a particulares, analisada numa base coletiva.

Para os ativos analisados coletivamente, o Grupo identifica segmentos de negócio relativamente aos quais estima os fluxos de caixa futuros com base na análise histórica do comportamento de carteiras com características semelhantes, sendo posteriormente atualizados à taxa de juro contratual.

A metodologia utilizada pelo Grupo para determinação das perdas por imparidade associadas ao crédito utiliza pressupostos determinados com base na experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante.

Caso o Banco utilizasse diferentes critérios e pressupostos na determinação das perdas por imparidade, os valores apurados seriam diferentes dos atualmente refletidos nas demonstrações financeiras. No entanto, o Banco considera que a metodologia utilizada reflete de forma adequada o risco de incumprimento associado a estes ativos.

2.1.3. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles: (i) cuja intenção do Banco é a sua detenção por um período indeterminado de tempo (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas de reavaliação em capitais próprios, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de reavaliação é transferido para resultados.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.2. Passivos Financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor e incluem os instrumentos financeiros derivados com valor negativo e vendas a descoberto.

Os Outros passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados.

2.3. Instrumentos Financeiros Derivados e Contabilidade de Cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor, na data em que o Banco negocia os contratos e são subsequentemente remensurados ao justo valor. Os justos valores são obtidos através de preços de mercado cotados em mercado ativos, incluindo transações de mercado recentes, e modelos de avaliação, nomeadamente: modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções. Os derivados são considerados como ativos quando o seu justo valor é positivo e como passivos quando o seu justo valor é negativo. Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional). A sociedade possui unicamente derivados de cobertura.

2.3.1. Derivados de Cobertura

O Banco dispõe de uma carteira de derivados de taxa juro para cobertura de justo valor do ativo, nomeadamente crédito a clientes. A sociedade dispõe de documentação da relação de cobertura, identificando o instrumento que está a ser coberto, a estratégia e tipo de risco coberto, o derivado de cobertura e os métodos utilizados para demonstrar a eficácia da cobertura.

Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação de derivados de cobertura são registados em resultados. Os ganhos e perdas na variação de justo valor de ativos ou passivos financeiros cobertos, correspondentes ao risco coberto e à parte eficaz da cobertura, são também reconhecidos em resultados, por contrapartida do valor de balanço dos ativos ou passivos cobertos.

Caso a relação de cobertura deixe de existir, os derivados são reclassificados para negociação, sendo o valor de reavaliação dos instrumentos cobertos reconhecido em resultados durante o prazo remanescente da operação.

2.4. Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio oficial, divulgada pelo Banco de Portugal, em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

O Banco, às datas de 31 de dezembro de 2012 e de 2011, não possui no seu ativo ou passivo elementos em moeda estrangeira.

2.5. Reconhecimento de Juros

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam consideradas parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

2.6. Reconhecimento de Rendimentos de Serviços e Comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados, são reconhecidos em resultados no período a que se referem; e
- rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

2.7. Ativos Intangíveis

O Banco regista nesta rubrica custos de aquisição de sistemas informáticos, assim como os custos necessários à sua implementação, custos com registo de marcas e direitos de ingresso de cartões privativos, quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que o custo é incorrido.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada, que em geral corresponde a um período entre 3 a 5 anos para o software e despesas de desenvolvimento, no caso dos custos com o registo de marcas, pelo período pelo qual a Gestão estima que a marca será utilizada (entre os 5 e os 10 anos) e pelo período pelo qual o direito de ingresso foi contratado (7 anos).

Os custos de manutenção de software são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.8. Outros Ativos Tangíveis

Os outros ativos tangíveis são ativos utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua atividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhes são diretamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Com exceção do imobilizado em curso, que será amortizável apenas a partir da sua entrada em funcionamento, todos os bens são amortizados por duodécimos, pelo método das quotas constantes, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais previstas no Decreto Regulamentar 25/2009 durante os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	N.º Anos
Obras em Edifícios Arrendados	4 - 10
Instalações Interiores	4 - 10
Mobiliário e Material	8 - 10
Máquinas e Ferramentas	4 - 10
Equipamento Informático	3 - 10
Equipamento de Segurança	4 - 10
Material de Transporte	4
Outros	8

2.9. Locação Financeira

A contabilização de um contrato de locação é efetuada de acordo com o tipo de contrato, isto é, se o Banco assume o papel de locador ou locatário:

a) Como locador:

Os ativos detidos sob locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados em rendimentos enquanto as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor global do crédito inicialmente concedido. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

b) Como locatário:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo, na rubrica “Outros ativos tangíveis” por contrapartida da rubrica “Outros passivos”, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. Os outros ativos tangíveis são amortizados conforme descrito na Nota 2.8.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro, que é debitado em gastos e (ii) pela amortização financeira do capital, que é deduzido à rubrica Contas de regularização do passivo.

Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

2.10. Ativos Recebidos por Recuperação de Crédito

A política do Banco para ativos recebidos por recuperação de crédito é proceder à sua alienação, no prazo mais curto em que tal seja praticável.

Os ativos recebidos por recuperação de créditos são classificados na rubrica de ativos não correntes detidos para venda, uma vez que cumpram com os seguintes critérios:

- existência de um plano de venda;
- ativo estar disponível para venda imediata;
- a venda ser altamente provável;
- o preço de venda ser coerente com os preços de mercado e
- ser expectável que a venda seja completada no prazo de um ano.

Estes ativos são inicialmente registados pelo menor valor de entre o seu justo valor e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação.

Subsequentemente, estes ativos estão sujeitos a testes de imparidade e são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes ativos assim determinadas são registadas em resultados e poderão ser revertidas perdas de imparidade até à extensão em que foram reconhecidas anteriormente.

2.11. Provisões

São reconhecidas provisões quando o Banco (i) tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.12. Benefícios aos Empregados

A sociedade não subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho Vertical do setor bancário, pelo que a cobertura das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência é assegurada pelo Sistema de Segurança Social.

O bônus a empregados atribuído pelo Banco é contabilizado em resultados no exercício a que respeitam.

2.13. Fiscalidade

A Instituição está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) e correspondente Derrama.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é determinado em função do lucro tributável do período apurado de acordo com as regras fiscais em vigor, o qual corresponde ao resultado contabilístico ajustado por custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja

expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou liquidado o passivo.

2.14. Relato por Segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de ativos e operações criados para providenciar produtos ou serviços, sujeitos a riscos e a benefícios, diferentes dos verificados noutros segmentos.

Um segmento geográfico está associado à oferta de produtos ou serviços num ambiente económico específico, caracterizado por ter riscos e benefícios distintos aos verificados em segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.15. Caixa e Equivalentes de Caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior 3 meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

2.16. Principais Estimativas e Incertezas Associadas à Aplicação das Políticas Contabilísticas

Na elaboração das demonstrações financeiras, o Banco efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

a) Imparidade para crédito a clientes

O Banco apreciou a sua carteira de crédito no sentido de apurar sobre a necessidade de reforço da imparidade associada ao crédito a clientes, utilizando para o efeito estimativas sobre os fluxos de caixa recuperáveis incluindo os originados pelas eventuais recuperações e realizações de colaterais.

b) Impostos sobre lucros

O Banco reconheceu impostos diferidos ativos no pressuposto da existência de matéria coletável futura e tendo por base legislação fiscal em vigor ou já publicada para aplicação futura. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos.

c) Justo valor de derivados e ativos financeiros não cotados

O justo valor de instrumentos financeiros derivados e ativos financeiros não cotados foi estimado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, utilizando pressupostos de mercado. Os resultados alcançados com este modelo dependem dos pressupostos utilizados.

Nota 3. Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

A composição desta rubrica a 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 é como segue:

Valores em EUR	31-12-2012	31-12-2011
Fundos de Caixa	1.000	1.000
Caixa - Agências	6.132	8.374
Total	7.132	9.374

Nota 4. Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

A composição desta rubrica a 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 é como segue:

Valores em EUR	31-12-2012	31-12-2011
Instituições de Crédito no País		
BNP Paribas	480.388	376.648
Outras Instituições de Crédito	1.969.120	1.914.418
Total	2.449.507	2.291.066

Nota 5. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Esta rubrica, no montante de Euros 105.000, refere-se à participação financeira na sociedade EFFICO - Gestão de Clientes e Recuperação de Ativos, S.A, constituída em 19 de Fevereiro de 2003, relativa a 2.100 ações representativas de 15% do capital, valorizada ao custo de aquisição.

A composição desta rubrica a 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 é como segue:

Valores em EUR	Quantidade	Valor Nominal	V. Médio Aquisição	Cotação	V. Balanço 31-12-2012	V. Balanço 31-12-2011
Títulos - Emitidos por residentes	2.100	50	50	-	105.000	105.000
Total	2.100	50	50	-	105.000	105.000

Nota 6. Crédito a Clientes

Com referência a 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Valores em EUR	31-12-2012	31-12-2011
Crédito Interno		
Empresas		
- Crédito Clássico	35.693.141	39.092.797
- Locação Financeira	38.016.849	43.362.202
- Aluguer Financeiro	14.167.992	19.115.394
- Contas Correntes	9.507.913	13.338.232
Subtotal Empresas	97.385.894	114.908.625
Particulares		
- Habitação	1.599.830	1.725.374
- Crédito Clássico	583.781.457	653.677.323
- Locação Financeira	39.136.235	45.895.326
- Aluguer Financeiro	20.017.525	23.953.814
- Contas Correntes	295.209.960	302.197.038
- Correção de Valor de Ativos Objeto de Cobertura	59.116	591.145
Subtotal Particulares	939.804.123	1.028.040.020
Total de Crédito Interno	1.037.190.017	1.142.948.645
Crédito e Juros Vencidos		
- Menos de 90 dias	4.983.225	6.441.102
- Mais de 90 dias	216.611.297	228.529.674
Subtotal	221.594.522	234.970.776
Despesas e Receitas com Encargo Diferido		
- Despesas com Encargo Diferido	19.740.903	23.664.606
- Juros a Receber de Clientes	8.176.143	9.698.640
- Receitas com Rendimento Diferido	(8.006.258)	(9.582.249)
Subtotal	19.910.788	23.780.997
Total Bruto de Crédito a Clientes	1.278.695.327	1.401.700.418
Provisão p/ Crédito Vencido e Cobrança Duvidosa		
- Para Crédito de Cobrança Duvidosa	(14.673.530)	(14.401.342)
- Para Crédito Vencido	(206.639.600)	(218.108.949)
- Imparidade p/ Risco Crédito (norma Grupo)	-	-
Subtotal	(221.313.130)	(232.510.291)
Total Líquido de Crédito a Clientes	1.057.382.197	1.169.190.127

A rubrica Crédito Interno é constituída por contratos de crédito Lar (eletrodomésticos, móveis), crédito automóvel, crédito pessoal (para melhoramento do lar e outros fins) e crédito em contas correntes.

A rubrica Crédito e Juros vencidos refere-se aos valores de capital e juros das prestações vencidas e não cobradas, bem como ao capital vincendo relativo a contratos rescindidos (gestão contenciosa).

Os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias são anulados, sendo reconhecidos apenas no momento em que sejam efetivamente recebidos.

A cobertura relativa do crédito e juros vencidos pelas provisões para crédito vencido em Dezembro de 2012, é de 93% (similar à de 2011). Em 31 de Dezembro de 2012 não foi registada uma dotação adicional a título de imparidade associada ao risco de crédito, calculada de acordo com as normas do Grupo, uma vez que esta se apresenta inferior às provisões calculadas com base nas normas do Banco de Portugal.

O movimento ocorrido nas provisões entre 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 é apresentado na Nota 7 - Provisões e Imparidade.

A exposição de crédito vincendo por duração residual apresenta-se com a seguinte repartição:

Valores em EUR	31-12-2012	31-12-2011
Crédito Interno		
Até 3 meses	74.000.344	87.553.689
De 3 meses a 1 ano	159.371.122	178.630.167
De 1 ano a 5 anos	435.821.288	488.479.324
Mais de 5 anos	72.787.304	86.088.426
Duração indeterminada (Crédito em conta corrente)	295.209.960	302.197.039
Total	1.037.190.018	1.142.948.645

O Crédito e juros vencidos apresentam a seguinte repartição por classes de atraso:

Valores em EUR	31-12-2012	31-12-2011
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	4.983.225	6.441.102
De 3 meses a 1 ano	4.922.204	23.316.559
Mais de 12 meses	211.689.093	205.213.115
Total	221.594.522	234.970.776

Nota 7. Provisões e Imparidade

O movimento ocorrido em Imparidade e Provisões entre 31.12.2011 e 31.12.2012 foi o seguinte:

Valores em EUR	31-12-2011	Constituições Reforços	Reposições Anulações	Utilizações	Transferências e outros	31-12-2012
Provisões						
Para Riscos Gerais de Crédito	16.311.335	1.036.637	(2.470.496)		-	14.877.477
Outros riscos e encargos	874.047	306.710	(149.350)		-	1.031.407
Subtotal Provisões	17.185.382	1.343.347	(2.619.846)	-	-	15.908.884
Imparidade de ativos financeiros						
Imparidade de crédito a clientes	232.510.291	44.224.719	(6.444.470)	(48.977.410)	-	221.313.130
Para crédito e juros vencidos	218.108.949	39.302.703	(1.794.642)	(48.977.410)	-	206.639.600
Para crédito de cobrança duvidosa	14.401.342	4.922.016	(4.649.828)		-	14.673.530
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda	189.647	73.037	-	-	-	262.684
Subtotal Imparidade	232.699.938	44.297.756	(6.444.470)	(48.977.410)	-	221.575.814
Total	249.885.320	45.641.104	(9.064.316)	(48.977.410)	-	237.484.698

Em 31 de Dezembro de 2012 não foi registada uma dotação adicional a título de imparidade associada ao risco de crédito, calculada de acordo com as normas do Grupo, uma vez que esta se apresenta inferior às provisões calculadas com base nas normas do Banco de Portugal (similar a Dezembro 2011).

Nota 8. Ativos Não Correntes detidos para Venda

Esta rubrica pode ser analisada no quadro que se segue:

Valores em EUR	31-12-2012		31-12-2011	
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Líquido
Equipamentos - viaturas recuperadas	815.639	(262.684)	552.955	434.093
Imóvel - Ramalde (Porto)	499.616	0	499.616	732.980
Total	1.315.255	(262.684)	1.052.571	1.167.073

Em Fevereiro de 2012 procedeu-se à alienação de uma fração do imóvel detido pelo Banco em Ramalde.

Nota 9. Ativos Tangíveis e Intangíveis

Movimentos ocorridos nas rubricas do imobilizado e respetivos saldos entre 31 de Dezembro de 2011 e de 2012:

Valores em EUR	31-12-2011		Movimentos		Abates		Amortização	31-12-2012		
	Valor Bruto	Amort. Acum.	Aquis.	Transfer.	V. Bruto	A. Acum.	Período	Valor Bruto	Amort. Acum.	V. Líquido
Outros Ativos Tangíveis										
Obras em Imóveis Arrendados	7.002.573	(3.269.913)	2.797	73.435	-	-	(583.288)	7.078.805	(3.853.201)	3.225.604
Equipamento:										
Mobiliário e material	1.814.266	(1.254.562)	432	-	-	-	(128.952)	1.814.697	(1.383.514)	431.183
Máquinas e ferramentas	942.741	(742.235)	1.148	-	(2.595)	2.595	(73.226)	941.295	(812.867)	128.428
Equipamento informático	8.943.874	(8.410.511)	356.768	-	(293.979)	293.909	(397.792)	9.006.664	(8.514.395)	492.268
Instalações interiores	2.117.546	(1.665.460)	-	-	-	-	(148.038)	2.117.546	(1.813.498)	304.048
Material de transporte	41.119	(38.057)	-	-	(41.119)	40.244	(2.188)	0	-	0
Equipamento de segurança	634.416	(381.807)	-	-	-	-	(73.865)	634.416	(455.672)	178.743
Outros ativos	33.537	(33.537)	-	-	-	-	-	33.537	(33.537)	0
Imóveis em regime de locação financeira	171.062	(20.527)	-	-	-	-	(2.566)	171.062	(23.093)	147.969
Imobilizado em curso	124.956	-	107.167	(73.435)	-	-	-	158.688	-	158.688
	21.826.090	(15.816.611)	468.312	-	(337.693)	336.748	(1.409.915)	21.956.710	(16.889.778)	5.066.932
Ativos Intangíveis										
Despesas de estabelecimento	38.934	(38.934)	-	-	(38.934)	38.934	-	0	-	0
Despesas de invest. e desenvol.	337.317	(337.317)	-	-	(337.317)	337.317	-	0	-	0
Marcas e patentes	19.740	(19.740)	-	-	(17.754)	17.754	-	1.986	(1.986)	(0)
Custos pluri- anuais	7.203.832	(5.270.826)	-	-	-	-	(1.031.886)	7.203.832	(6.302.712)	901.120
Sist. Tratam. Aut. Dados	14.899.938	(10.502.105)	33.678	356.329	(1.150.693)	1.150.693	(1.732.123)	14.139.252	(11.083.536)	3.055.716
Imobilizado em curso	196.520	-	921.789	(356.329)	-	-	-	761.980	-	761.980
	22.696.281	(16.168.922)	955.467	-	(1.544.698)	1.544.698	(2.764.009)	22.107.050	(17.388.233)	4.718.817
Ativo Imobilizado	44.522.371	(31.985.533)	1.423.779	-	(1.882.391)	1.881.446	(4.173.924)	44.063.760	(34.278.011)	9.785.748

Com referência a 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, os custos plurianuais apresentam a seguinte composição:

Valores em EUR	31-12-2012	31-12-2011
Custos Plurianuais		
Despesas com aumentos de capital	83.064	83.064
Serviços de implementação contratados	280.125	280.125
Registos de marcas	643	643
Direito de ingresso	6.840.000	6.840.000
Total	7.203.832	7.203.832

O direito de ingresso é constituído pela aquisição de um direito de exclusividade para com um parceiro de negócio com vista ao desenvolvimento do crédito na rede de lojas do mesmo. Este contrato teve início em Janeiro de 2007 e termina em Janeiro de 2014. Este contrato teve início em Janeiro de 2007 e termina em Janeiro de 2014. Este ativo foi integrado no ex-Banco Cetelem S.A. aquando da operação de fusão.

Nota 10. Ativos e Passivos por Impostos Correntes

Valores em EUR	31-12-2012	31-12-2011
Imposto corrente sobre os lucros (1+2+3+4)	12.019.833	7.949.868
Imposto sobre os lucros do exercício (1)	11.622.549	8.330.888
Contribuição do sector bancário (2)	520.910	534.571
Excesso/insuficiência de estimativa de imposto s/lucros (3)	1.891	(886.146)
Correções de liquidações fiscais (4)	(125.517)	(29.444)
Pagamentos por conta (5)	(7.278.588)	(1.781.040)
Retenções na fonte por terceiros (6)	(6)	(6)
IRC a pagar (1+5+6)	4.343.955	6.549.842
IRC a recuperar	-	-
Resultado antes de Imposto	34.292.128	36.459.562
Taxa efetiva de imposto	35,05%	24,32%

O imposto sobre o rendimento do período apurado com referência a 31 de Dezembro de 2012, ascende a 12 019 833 Euros, dos quais 7 278 588 Euros já foram liquidados através de pagamentos por conta. Como resultado apurou-se 4 343 955 Euros de imposto a pagar.

A rubrica "Correções de liquidações Fiscais" a 31 de Dezembro de 2012 evidencia um reembolso de imposto relativo a IRC de 2002 da sociedade ex-Credifin.

A taxa efetiva de imposto ascende a 35.05% em 2012 (24,32% em 2011).

A diferença para as taxas legais em Dezembro de 2012 deriva essencialmente dos seguintes fatores:

- 1) O acréscimo de despesas não aceites fiscalmente no montante de 1 774 935 euros;
- 2) O acréscimo de provisões não aceites fiscalmente no valor de 1 336 908 euros;
- 3) A anulação do acréscimo de custos não aceites fiscalmente constituído no ano transato no montante de 300 083 euros.

Nota 11. Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

A composição desta rubrica a 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 é como segue:

Valores em EUR

Base de Imposto Diferido	Base 31-12-2011	Acrésc./Deduções Fiscais de 2012	Base 31-12-2012
Ativo			
Provisões específicas para crédito	1.071.518	1.239.422	2.310.940
Provisões p/Riscos Gerais de Crédito	13.208.138	(0)	13.208.137,90
Outras Provisões Tributadas	300.000	1.050.000	1.350.000
Outras Provisões p/Riscos e encargos	324.177	302.913	627.090
Total	14.903.833	2.592.334	17.496.167

Os valores de ativos por impostos diferidos (no montante de 4 636 484 euros) são calculados, fundamentalmente, sobre provisões constituídas não aceites fiscalmente.

Valores em EUR

Imposto Diferido	Imposto Diferido 31-12-2011	Reconhecimento Exercício 2012	Imposto Diferido 31-12-2012
Ativo			
Provisões específicas para crédito	283.952	328.447	612.399
Provisões p/Riscos Gerais de Crédito	3.500.157	-	3.500.157
Outras Provisões Tributadas	79.500	278.250	357.750
Outras Provisões p/Riscos e encargos	85.907	80.272	166.179
Total	3.949.516	686.969	4.636.484

Com referência a 31.12.2012, tendo em consideração o aumento substancial no valor de provisões para crédito não aceites fiscalmente, foi criado imposto diferido ativo sobre as mesmas. Ocorreu também um aumento de outras provisões não aceites fiscalmente. Consequentemente, os impostos diferidos reconhecidos no período geraram um ganho de 686 969 euros.

Nota 12. Outros Ativos

A composição desta rubrica a 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 é como segue:

Valores em EUR	31-12-2012	31-12-2011
Outros Devedores		
- Sector Publico Administrativo	850.456	937.782
- Cobrança de mensalidades em curso de apresentação bancária	31.636	388.198
- Clientes c/c	4.501.011	3.845.491
- Adiantamentos a advogados e agentes de execução	477.028	463.497
- Fundo maneo a colaboradores	13.171	5.679
- Seguros de crédito e outros	197.450	121.960
- Impostos a receber de clientes	-	501.435
- Devedores diversos	1.923.685	1.292.378
Subtotal	7.994.437	7.556.420
Outros Redimentos a receber		
- Comissões de intermediação de seguros	3.104.583	6.824.173
- Gestão de cartões	1.684.269	1.886.877
- Outros	60.605	29.564
Subtotal	4.849.457	8.740.614
Despesas com encargo diferido		
- Rendas a alugueres	135.848	85.840
- Contratos de manutenção pagos	486.156	686.127
- Campanhas de publicidade	810	3.988
- Seguros	30.100	12.123
Subtotal	652.914	788.078
Outras contas de regularização		
- Valores cobrados - créditos a imputar	280.860	444.142
- Impostos a Receber	1.057.867	1.045.115
- Despesas de dossier a cobrar de clientes	208.768	142.658
- Seguros pagos One-Shot	-	121.777
- Outras operações a regularizar	1.715.495	1.728.858
Subtotal	3.262.990	3.482.550
Total	16.759.799	20.567.662

O montante de 850 456 Euros (Dezembro de 2011: 937 782 Euros), evidenciado na rubrica "Sector Público Administrativo", refere-se na sua totalidade a IVA a recuperar que se decompõe da seguinte forma:

Durante o exercício de 2009, o ex-Credifin procedeu a uma revisão da fiscalidade aplicável às comissões cobradas, em sede de IVA e Imposto de Selo, no âmbito da concessão de crédito em operações de crédito clássico. Na sequência dessa revisão, foram apresentadas declarações de substituição às declarações mensais de IVA dos meses em que ainda era possível fazer tal substituição, resultando das mesmas o valor de 850 mil euros ainda por recuperar.

Com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Cobrança de mensalidades em curso de apresentação bancária” regista movimentos de passagem associados a transações de tesouraria regularizadas nos dias seguintes.

A rubrica "Clientes c/c" compreende, nomeadamente, contas correntes com parceiros de negócio por serviços prestados pelo Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A..

A rubrica "Adiantamentos a advogados e agentes de execução" diz respeito aos adiantamentos feitos à rede de advogados dedicada à recuperação de créditos pela via Judicial.

A rubrica "Seguros de crédito e outros" respeita aos valores que se encontram em atraso de pagamento relativos ao financiamento do seguro de crédito.

A rubrica "Devedores Diversos" compreende, nomeadamente, os pré-financiamentos a parceiros de negócio entretanto anulados e já faturados.

A rubrica de “Comissões de intermediação de seguros” respeita a comissões e valores de participação nos resultados a receber das companhias de seguros com quem a sociedade opera.

Em Dezembro de 2012, o saldo da rubrica "Gestão de cartões" respeita a custos com a emissão e gestão de cartões de fidelidade faturados a parceiros de negócio.

A rubrica “Despesas com encargo diferido” compreende, nomeadamente, a especialização de contratos.

O saldo de "Valores cobrados - créditos a imputar" respeita a recebimentos efetuados nas agências, ainda não depositados no banco.

O saldo da rubrica "Impostos a receber" integra 861 mil euros transitados das sociedades incorporadas relativos aos valores que o Banco espera vir a receber no seguimento da impugnação judicial das liquidações adicionais efetuadas pela Administração Fiscal na sequência de inspeções fiscais sobre os exercícios de 1997, 1998 e 1999. No exercício de 2008, as impugnações judiciais apresentadas pelo ex-Credifin foram consideradas totalmente procedentes. Contudo, foi interposto recurso pela Fazenda Pública.

Nota 13. Recursos de Outras Instituições de crédito

A composição desta rubrica a 31 de Dezembro de 2012 e a 31 de Dezembro de 2011 é como segue:

Valores em EUR	31-12-2012	31-12-2011
Recursos de instituições de crédito no país		
Empréstimos de curto prazo	7.900.000	12.450.000
Outros recursos de instituições de crédito	13.282	287.523
Subtotal	7.913.282	12.737.523
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Empréstimos a curto prazo	375.419.000	406.587.000
Empréstimos a médio/longo prazo	519.812.000	588.956.000
Subtotal	895.231.000	995.543.000
Total Recursos de instituições de crédito	903.144.282	1.008.280.523
Encargos a pagar - Juros e encargos similares		
Juros e encargos de Outras Instituições de crédito	2.029.699	2.558.623
Subtotal	2.029.699	2.558.623
Total	905.173.981	1.010.839.146

O saldo da conta “Recursos de instituições de crédito no país - Empréstimos de curto prazo”, corresponde a tomadas de fundos de muito curto prazo.

O saldo da conta “Recursos de instituições de crédito no país - outros recursos”, corresponde a saldos credores de contas de depósitos à ordem.

O saldo de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro”, corresponde a financiamentos obtidos diretamente junto do BNP Paribas em França.

A sua decomposição por prazos residuais de vencimento é como segue:

Valores em EUR	31-12-2012	31-12-2011
Até 3 meses	141.100.282	184.526.523
De 3 meses a 1 ano	242.232.000	234.798.000
De 1 ano a 5 anos	481.267.000	546.293.000
Mais de 5 anos	38.545.000	42.663.000
Total	903.144.282	1.008.280.523

Nota 14. Recursos de clientes e outros empréstimos

Esta rubrica apresentava a seguinte estrutura a 31 de Dezembro de 2012 e de 2011:

Valores em EUR	31-12-2012	31-12-2011
Recursos de Clientes e Outros Recursos		
Cauções em contratos de aluguer e outros	3.493.063	4.503.572
Total	3.493.063	4.503.572

A decomposição dos recursos de Clientes por prazos residuais é como se segue:

Valores em EUR	31-12-2012	31-12-2011
Até 3 meses	300.808	144.845
De 3 meses a 1 ano	364.498	804.625
De 1 ano a 5 anos	2.151.759	2.437.546
Mais de 5 anos	675.998	1.116.557
Total	3.493.063	4.503.572

Esta rúbrica é composta por cauções de clientes.

Nota 15. Derivados de Cobertura

Valores em EUR	31-12-2012		31-12-2011	
	Valor Nocial	Passivos	Valor Nocial	Passivos
Instrumentos Derivados de Cobertura				
Swaps	8.600.000	65.429	51.100.000	649.558
Total		65.429		649.558

A 31 de Dezembro de 2012, a sociedade detinha derivados de cobertura no montante de 8,6 milhões de euros, mensurados ao justo valor.

Nota 16. Outros Passivos

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, esta rubrica apresentava as seguintes componentes:

Valores em EUR	31-12-2012	31-12-2011
Credores diversos		
Pagamentos a parceiros em curso de apresentação bancária	1.753.687	1.964.575
Credores diversos - Clientes	11.853.394	8.891.053
Credores diversos - Seguradoras	1.895.042	2.047.849
Fornecedores Leasing/ALD	33.741	43.816
Credores diversos - Angariadores	1.340.089	3.738.355
Fornecedores diversos	1.766.011	777.824
Outros	1.406	52
Subtotal	18.643.370	17.463.524
Sector Público Administrativo		
Imposto de selo	789.676	930.322
Retenção de impostos na fonte	271.506	231.400
Contribuições para a Seg. Social	337.600	329.211
IVA a pagar	1.126.729	470.117
Restantes Impostos	-	-
Subtotal	2.525.511	1.961.050
Encargos a pagar		
por Gastos com o pessoal	3.157.500	3.414.375
Comissões a pagar	4.106.718	4.662.708
Publicidade a pagar	430.398	499.673
Por custos comerciais	64.510	883.518
Outros custos a pagar	5.673.118	3.504.834
Subtotal	13.432.244	12.965.108
Receitas c/rendimento diferido		
Comissões de seguro	195.524	426.599
Subtotal	195.524	426.599
Outras contas de regularização	291.084	1.076.721
Total	35.087.733	33.893.002

Com referência a 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, a rubrica “Pagamentos a parceiros em curso de apresentação bancária” regista movimentos de passagem associados a transações de tesouraria regularizados nos dias seguintes.

A rubrica "Credores Diversos - clientes" corresponde a saldos credores originados por pagamentos antecipados ou pagamentos em duplicado por parte de clientes.

A rubrica "Credores Diversos - seguradoras" compreende, essencialmente, os prémios cobrados, referentes ao mês de apresentação, a pagar às companhias de seguros.

A rubrica "Fornecedores Diversos" diz respeito à faturação de fornecimentos e serviços de terceiros.

A rubrica "Imposto de selo" refere-se ao imposto a pagar referente ao mês de Dezembro decorrente, essencialmente, de operações de crédito.

Os valores de "Retenção de imposto na fonte" decorrem do processamento de remunerações e honorários do mês de Dezembro.

O valor das "Contribuições para a Segurança Social" decorre igualmente do processamento de remunerações relativo ao mês de Dezembro.

O valor de "IVA a pagar" respeita aos montante apurados nos meses de Novembro e Dezembro, a pagar em Janeiro e Fevereiro de 2013.

O valor de "Encargos a pagar por Gastos com o pessoal" corresponde à estimativa de encargos com férias e subsídio de férias, a liquidar em 2013, relativamente a direitos dos colaboradores adquiridos em 2012 e à estimativa de prémio de produtividade atribuída a colaboradores a liquidar no início do ano seguinte.

O valor de "Comissões a pagar" corresponde a incentivos a pagar a parceiros comerciais pela angariação de contratos de crédito.

O valor de "Publicidade a pagar" corresponde à utilização de meios publicitários referentes ao mês de Dezembro.

O valor de "Outros custos a pagar" corresponde, na sua maior parte, aos valores ainda não pagos relativos a serviços diversos prestados por terceiros.

Nota 17 - Capital Social, Outras Reservas e Resultados Transitados

O capital de Euros 45.661.800 representado por 9.132.360 ações de valor nominal de 5 Euros cada, encontra-se totalmente subscrito e realizado.

Em Junho de 2011 o Banco, com a concordância do Banco de Portugal, procedeu à transferência de 181 milhões de Euros da rubrica de Prémios de Emissão para a rubrica de Resultados Transitados, para cobrir a reserva negativa de fusão que resultou da fusão por incorporação das sociedades pertencentes ao universo Cofinoga (Portugal) ocorrida em Janeiro de 2010.

No decorrer de 2012 foram distribuídos dividendos aos acionistas no montante de 31 050 milhares de euros (em 2011 foram distribuídos 29 680 milhares de euros).

Os acionistas do Banco a 31 de Dezembro 2012 e de 2011 são os seguintes:

Valores em EUR

	31-12-2012		31-12-2011	
	Nº Ações	% Capital	Nº Ações	% Capital
BNP Paribas Personal Finance (França)	9.132.357	99,99997%	9.132.357	99,99997%
BNP Paribas (França)	1	0,00001%	1	0,00001%
Cetelem Expansion (França)	1	0,00001%	1	0,00001%
Level 3 (França)	1	0,00001%	1	0,00001%
Total	9.132.360		9.132.360	100,00000%

Nota 18 - Juros e Rendimentos Similares

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica é composta por:

Valores em EUR	31-12-2012	31-12-2011
Juros de crédito concedido	121.937.256	127.326.301
Juros de disponibilidades - D.O	19.291	6.335
Juros de aplicações em instituições de crédito	1.713	79.866
Juros indemnizatórios - AT	211.914	40.752
Comissões - Despesas de contrato	7.180.166	8.564.457
Total	129.350.341	136.017.711

O valor das Comissões debitadas a clientes a título de Despesas de Formalização ocorre no momento da concessão de crédito, sendo reconhecidas em resultados na proporção de reconhecimento dos respetivos juros.

Nota 19 - Juros e Encargos Similares

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica é composta por:

Valores em EUR	31-12-2012	31-12-2011
Juros de instituições de crédito no país		
Juros de empréstimos MLP	-	-
Juros de empréstimos CP	7.006	12.497
Juros de empréstimos D.O.	1.973	4.598
Subtotal	8.979	17.095
Juros de instituições de crédito no estrangeiro		
Juros de empréstimos CP	1.422.647	2.412.820
Juros de empréstimos MLP	25.068.361	25.597.730
Subtotal	26.491.008	28.010.550
Juros de passivos subordinados	-	1.106.441
Juros de passivos financeiros de negociação	-	29.643
Juros de derivados de cobertura	647.073	1.588.766
Outros juros	6.224	8.974
Encargos com Comissões s/ Operações Crédito	16.298.406	15.652.028
Total	43.451.690	46.413.497

O saldo de juros de instituições de crédito no estrangeiro corresponde exclusivamente a juros de empréstimos contraídos junto do BNP Paribas em França.

O valor dos Encargos com Comissões s/ Operações de Crédito regista o valor de remuneração liquidado a parceiros de negócio a título de intermediação na angariação de contratos de crédito, encontrando-se esta rubrica reconhecida em resultados em função da duração dos respetivos créditos.

Em 2011, acrescia o valor de 1 106 441 euros relativo aos encargos suportados com o empréstimo subordinado contratado junto da casa-mãe, em França, no quadro da aquisição da participação da Cofinoga, SGPS, efetivada em 29 de Maio de 2009. Este empréstimo, inicialmente de 150 milhões de euros, foi reembolsado parcialmente no final de 2009, reduzindo-se nessa altura para 60 milhões de euros. No dia 01 de Agosto de 2011 este instrumento financeiro foi integralmente reembolsado.

Os derivados são mensurados ao justo valor, sendo as alterações no seu valor reconhecidas através de resultados.

Nota 20 - Rendimentos de Instrumentos de Capital

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica é composta por:

Valores em EUR	31-12-2012	31-12-2011
Participação Effico	-	50.799
Participação Entidades Não Residentes	-	-
Total	-	50.799

O resultado desta rubrica em 2011 corresponde na íntegra à distribuição de resultados relativos a 2010 pela sociedade Effico, na parte proporcional à participação detida (15%).

Em 2012 esta sociedade não procedeu à distribuição de dividendos.

Nota 21 - Rendimentos de serviços e Comissões

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica é composta por:

Valores em EUR	31-12-2012	31-12-2011
Comissões por:		
Angariações de seguros	13.749.614	18.290.377
Gestão de cartões - crédito	4.502.823	4.722.444
Anuidades - cartão de crédito	1.428.867	1.742.466
Gestão de cartões - fidelização	1.034.920	1.046.896
Mastercard	899.472	678.007
Outras comissões	42.522	57.930
Total	21.658.218	26.538.121

A rubrica de comissões "Por angariação de seguros" refere-se a comissões recebidas como contrapartida da angariação de contratos de seguro associados aos contratos de crédito.

A rubrica "Gestão de cartões - crédito" refere-se, designadamente, às comissões recebidas de parceiros de negócio pela concessão de crédito sem juros dentro dos cartões de crédito das insígnias.

A rubrica de "Anuidades" refere-se à cobrança de anuidades dos cartões de crédito.

A rubrica "Gestão de cartões - fidelização" refere-se, designadamente, às comissões recebidas de parceiros de negócio pela gestão da fidelização associada aos cartões das insígnias.

A rubrica "Mastercard" refere-se a comissões recebidas pela utilização de cartões associados a esta Rede.

A rubrica de "Outras comissões" corresponde a comissões por antecipação de financiamentos a angariadores de crédito.

Nota 22 - Encargos com serviços e Comissões

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica é composta por:

Valores em EUR	31-12-2012	31-12-2011
Comissões por:		
Compromissos assumidos por terceiros	-	-
Serviços bancários	1.610.195	1.869.947
Outras comissões	-	777.860
Total	1.610.195	2.647.807

A rubrica "serviços bancários" integra principalmente os débitos bancários relacionados com cobranças de mensalidades de crédito concedido.

A rubrica de "Outras comissões" refere-se a comissões pagas a parceiros pela angariação de contratos de crédito ao consumo.

Nota 23. Resultados de Ativos e Passivos Avaliados ao Justo Valor

As referidas rubricas, com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, são detalhadas como segue:

Valores em EUR	31-12-2012	31-12-2011
Rendimentos		
Ganhos em ativos financeiros detidos para negociação (swaps)	-	64.986
Ganhos em derivados de cobertura (swaps)	773.916	1.743.138
Créditos e outros valores a receber	-	-
Subtotal	773.916	1.808.124
Gastos		
Perdas em ativos financeiros detidos para negociação (swaps)	-	35.385
Perdas em derivados de cobertura (swaps)	773.916	1.743.138
Subtotal	773.916	1.778.523
Total	-	29.601

Nota 24. Resultados Reavaliação Cambial (Líquido)

As referidas rubricas, com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, são detalhadas como segue:

Valores em EUR	31-12-2012	31-12-2011
Rendimentos		
Ganhos em diferenças cambiais	93	418
Subtotal	93	418
Gastos		
Perdas em diferenças cambiais	4	535
Subtotal	4	535
Total	89	(118)

Nota 25. Resultados de Alienação de outros ativos

As referidas rubricas, com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, são detalhadas como segue:

Valores em EUR	31-12-2012	31-12-2011
Rendimentos		
Alienação de carteira de clientes	288.841	-
Ganhos na alienação de ativos não correntes detidos para venda	115.404	50.140
Mais-valias na venda de ativos fixos tangíveis	17.419	162.553
Subtotal	421.664	212.693
Gastos		
Perdas na alienação de ativos não correntes detidos para venda	1.123.036	745.541
Menos-valias na venda de ativos fixos tangíveis	69	-
Subtotal	1.123.105	745.541
Total	(701.441)	(532.848)

O resultado desta rubrica refere-se principalmente aos resultados negativos obtidos com a alienação dos ativos obtidos por recuperação de crédito, bem como a venda a uma entidade externa de parte da carteira de clientes já anteriormente abatida ao ativo.

Nota 26 - Outros Resultados de Exploração

As referidas rubricas, com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, são detalhadas como segue:

Valores em EUR	31-12-2012	31-12-2011
Rendimentos		
Outros rendimentos associados à gestão de dossiers	17.840.195	16.077.709
Recuperação de créditos incobráveis	2.069.461	3.109.637
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	1.691.111	526.110
Outros Serviços Prestados	128.643	49.179
Outros rendimentos	-	-
Subtotal	21.729.410	19.762.635
Gastos		
Imposto do selo pago	-	-
Outros impostos		
Impostos indiretos	377.154	67.542
Impostos diretos	10.269	-
Quotizações e Donativos	19.274	18.132
Fundo de Garantia de Depósitos	17.500	17.500
Outros gastos	239.598	250.775
Subtotal	663.795	353.949
Total	21.065.615	19.408.686

A rubrica "Outros rendimentos associados à gestão de dossiers" compreende a comissão de processamento de prestação em atraso nos pagamentos e de reembolso antecipado dos créditos.

Esta rubrica inclui igualmente outras comissões relacionadas com a atividade de concessão de crédito.

A rubrica "Recuperação de créditos incobráveis" regista a recuperação de valores relativa aos créditos que haviam sido considerados irre recuperáveis, na sequência das operações de Write-off efetuadas.

A rubrica "Outros Serviços Prestados" compreende essencialmente a faturação à Effico de serviços de gestão administrativa e de pessoal.

A rubrica "Impostos indiretos" diz respeito, maioritariamente, a Imposto do Selo sobre Livranças.

Nota 27. Custos com o Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica é composta por:

Valores em EUR	31-12-2012			31-12-2011		
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
Salários e vencimentos						
Remunerações dos órgãos de gestão						
Conselho Fiscal						
Carlos Alberto Domingues Ferraz	10.010	-	10.010	10.010	-	10.010
Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão	5.012	-	5.012	5.100	-	5.100
Administradores						
António Miguel Vieira Galvão Cabaça	-	-	-	92.131	46.666	138.797
Susana Isabel Ribeiro da Silva Godinho A. Ferreira	76.962	13.500	90.462	77.075	13.500	90.575
Serge Leon Maurice Le Bolès	151.076	12.000	163.076	57.840	-	57.840
Comité Executivo/ de Direção	889.942	200.550	1.090.492	903.238	146.625	1.049.863
Compliance	83.020	10.272	93.292	77.897	4.833	82.730
Gestão de riscos	75.020	7.904	82.924	70.140	6.777	76.917
Auditoria Interna	44.506	8.000	52.506	41.650	6.000	47.650
Remunerações dos restantes colaboradores	11.998.581	861.616	12.860.166	13.278.745	822.659	14.101.404
Subtotal	13.334.129	1.113.842	14.447.971	14.613.826	1.047.060	15.660.886
Encargos sociais obrigatórios						
Segurança Social	3.008.117	-	3.008.117	3.117.626	-	3.117.626
Outros encargos	82.643	-	82.643	79.787	-	79.787
Subtotal	3.090.760	-	3.090.760	3.197.413	-	3.197.413
Outros custos com o pessoal						
Seguros de saúde e de vida	476.344	-	476.344	413.537	-	413.537
Outros	876.181	-	876.181	506.404	-	506.404
Subtotal	1.352.524	-	1.352.524	919.941	-	919.941
Total de Custos com Pessoal	17.777.414	1.113.842	18.891.255	18.731.180	1.047.060	19.778.240

O efetivo médio de colaboradores ventilado por categorias profissionais distribui-se da seguinte forma:

	31-12-2012	31-12-2011
Funções de Direção	12	13
Funções Técnicas e Especializadas	569	622
Funções Administrativas	14	15
	595	650

Admissões de Colaboradores de acordo com a definição do art. 2º do Aviso do Banco de Portugal nº10/2011

	31-12-2012	31-12-2011
Conselho Fiscal	-	1
Administradores	-	1
Comité Executivo/ de Direção	-	2
Compliance	-	1
	-	5

Demissões de Colaboradores de acordo com a definição do art. 2º do Aviso do Banco de Portugal nº10/2011

	31-12-2012		31-12-2011	
	Nº Colaboradores	Valor indemnização	Nº Colaboradores	Valor indemnização
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Administradores	-	-	-	-
Comité Executivo/ de Direção	1	-	1	69.450
Compliance	-	-	-	-
	1	-	1	69.450

Nota 28. Gastos Gerais Administrativos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica é composta por:

Valores em EUR	31-12-2012	31-12-2011
Fornecimentos de terceiros		
Água, energia e combustíveis	640.615	658.689
Impressos e material de consumo corrente	1.731.656	1.912.642
Outros fornecimentos de terceiros	70.599	74.856
Subtotal	2.442.870	2.646.187
Serviços de terceiros		
Rendas e alugueres	2.789.023	22.826.778
Comunicações e despesas de expedição	5.920.150	6.139.813
Deslocações, estadas e representação	655.520	684.642
Publicidade	3.023.109	3.873.052
Conservação e reparação	1.699.580	1.586.995
Transportes valores	60.121	65.548
Formação de pessoal	310.110	265.019
Seguros	335.731	41.629
Avenças e Honorários	3.910.512	4.777.045
Contencioso e Notariado	1.461.567	1.383.491
Subcontratação informática	3.519.031	4.720.772
Segurança e vigilância	355	39.479
Limpeza instalações	104.833	154.753
Informações comerciais	695.453	712.307
Serviços de impressão gráfica	429.413	188.766
Subcontratação de pessoal	593.100	1.021.354
Serviços especializados de cobrança	42.814	26.275
Outros serviços especializados	4.336.936	4.728.499
Outros serviços de terceiros	46.614	59.200
Subtotal	29.933.972	33.295.417
Total	32.376.842	35.941.604

Destacam-se as seguintes rubricas, com valores mais significativos:

i) A rubrica "Comunicações e despesas de expedição" compreende cerca de 3 652 mil euros (2011: 3 511 mil euros) de custos com correio e os restantes cerca de 2 268 mil euros de custos com comunicações;

ii) A rubrica "Publicidade" integra, nomeadamente, custos com ações promocionais e material publicitário;

iii) A rubrica "Avenças e Honorários" compreende, essencialmente, prestações de serviços de advogados e agentes de execução, a maior parte delas relacionadas com a recuperação judicial dos créditos em contencioso;

iv) A rubrica "Subcontratação informática" regista, essencialmente, custos com a utilização de meios informáticos;

v) A rubrica "Informações comerciais" regista os custos com consultas de bases de dados da Credinformações e do Banco de Portugal;

vi) A rubrica "Serviços de impressão gráfica" inclui, essencialmente, valores referentes a impressão e envelopagem de mailings;

vii) A rubrica "Outros serviços especializados" inclui, essencialmente, serviços de gestão de crédito prestados pela sociedade Effico, serviços de cobrança presencial e serviços de Outsourcing.

Nota 29. Compromissos Extrapatrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 estão registados os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

Valores em EUR	31-12-2012	31-12-2011
Compromissos perante terceiros		
Compromissos revogáveis	472.675.258	624.943.199
Subtotal	472.675.258	624.943.199
Compromissos assumidos por terceiros		
Linhas de crédito irrevogáveis	23.586.718	18.762.477
Refinanciamento contratado	48.739.000	45.577.000
Subtotal	72.325.718	64.339.477
Total	545.000.976	689.282.676

Os compromissos revogáveis perante terceiros, representam o montante disponível de crédito não utilizado, sobre as linhas de financiamento contratualizadas com os clientes.

As linhas de crédito irrevogáveis refletem os plafonds contratualizados com instituições bancárias que não se encontram utilizadas pelo banco BNP Paribas Personal Finance S.A..

O refinanciamento contratado refere-se aos montantes de financiamento contratualizados com o Grupo para utilização no mês seguinte.

Nota 30. Transações com Partes Relacionadas

Resumem-se como se segue os saldos, relativos às transações verificadas com partes relacionadas:

Valores em EUR

Balanço	31-12-2012	31-12-2011
Ativos		
Disponibilidades em outras instituições de crédito		
BNP Sucursal Lisboa	480.388	376.648
Ativos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados		
BNP Sucursal Lisboa - Aplicações em Instituições de Crédito	-	-
BNP Paribas Personal Finance - Aplicações em Instituições de Crédito Estrangeiro	-	-
Outros ativos		
Cardif	2.740.989	6.509.816
Cetelem América		6.766
Cetelem Argentina		-
Effico - Gestão de Clientes e Recuperação de Ativos, S.A.	60.424	-
BNP Paribas, S.A.	4.259	515
BNP Paribas Personal Finance, S.A.	10.668	13.853
Total ativos	3.296.728	6.530.950
Passivos		
Passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados		
BNP Paribas - Instrumentos financeiros derivados	-	-
Empréstimos		
BNP Sucursal Lisboa - Empréstimos	7.900.000	12.737.523
BNP Paribas, S.A.	895.231.000	995.543.000
BNP Paribas Personal Finance, S.A. - Empréstimos subordinados		
Juros a pagar		
BNP Sucursal Lisboa - Empréstimos	92	899
BNP Paribas, S.A.	2.029.607	2.557.724
BNP Paribas Personal Finance, S.A. - Empréstimos subordinados		
Outros Passivos		
Effico - Gestão de Clientes e Recuperação de Ativos, S.A.	34.225	
Cardif	1.680.423	(1.945.481)
Arval PHH, S.A.		(6.421)
BNP Sucursal Lisboa	1.030	(148)
Laser, S.A.	248.419	-
Total passivos	907.124.796	1.008.887.098

Valores em EUR

Balço	31-12-2012	31-12-2011
Extrapatrimoniais		
Linhas de crédito		
BNP Paribas	48.739.000	62.839.477
Derivados - valor nocional		
BNP Paribas - instrumentos financeiros derivados	8.600.000	17.600.000
Total extrapatrimoniais	57.339.000	80.439.477

Valores em EUR

Demonstração de Rendimentos	31-12-2012	31-12-2011
Rendimentos		
Juros e proveitos equiparados		
BNP Paribas - instrumentos financeiros derivados	-	-
BNP Paribas Sucursal Lisboa - Juros Credores	-	-
BNP Paribas Sucursal Lisboa - Juros Depósitos a Prazo	1.617	79.445
BNP Paribas Sucursal Lisboa - Juros Depósitos à Ordem	17.974	408
Seguros		
Cardif	11.652.518	15.980.665
Rendimentos de Instrumentos de Capital		
Effico - Gestão de Clientes e Recuperação de Ativos, S.A.	-	50.799
Outros serviços prestados		
Effico - Gestão de Clientes e Recuperação de Ativos, S.A.	63.172	-
BNP Paribas Sucursal Lisboa	24.358	-
BNP Lease Group PT	41.114	-
Total Rendimentos	11.800.753	16.111.317
Gastos		
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		
BNP Paribas - derivados	-	25.731
Juros e encargos equiparados		
BNP Paribas - empréstimos	26.491.008	28.010.551
BNP Paribas - instrumentos financeiros derivados	259.726	652.843
BNP Paribas Sucursal Lisboa - Juros D.O.	176	912
BNP Paribas Sucursal Lisboa - Juros Empréstimos	7.006	12.497
BNP Paribas Personal Finance, S.A. - Empréstimos subordinados	-	1.106.441
Outras Comissões Pagas		
BNP Paribas Sucursal Lisboa	31.961	30.794

Valores em EUR

Demonstração de Rendimentos	31-12-2012	31-12-2011
Custos Informáticos/ Outros		
Leval Developpement	-	795.861
BNP Paribas Personal Finance	1.116.139	1.314.382
Laser Symag, S.A.	579.203	146.965
Gastos Gerais Administrativos		
Effico - Gestão de Clientes e Recuperação de Ativos, S.A.	1.056.548	926.494
Arval Service Lease, S.A.	902.497	983.841
Total Gastos	30.444.265	34.007.312

A totalidade do financiamento externo é efetuado junto do BNP Paribas, pelo que a rubrica "Juros e encargos equiparados - Passivos Financeiros", é essencialmente constituída pelos juros destas operações.

Da mesma forma, a quase totalidade da gestão de seguros encontra-se a cargo da Cardif (constituída pelas entidades Cardif Vie e Cardif - Risques Divers), pelo que a rubrica "Comissões - por angariação de Seguros" é essencialmente constituída pelas comissões pagas por essas entidades.

No período em análise, a Effico prestou ao Banco serviços de recuperação de créditos por cuja gestão faturou 1 116 milhares Euros.

A gestão da frota automóvel do Banco Cetelem encontra-se igualmente a cargo de uma entidade do Grupo, a Arval Service Lease, S.A., por cujos serviços faturou cerca de 902 milhares euros.

Os custos de utilização de meios e serviços informáticos, debitados pela casa-mãe, em França, e pela LaSer (entidade relacionada) ascenderam a cerca de 1 116 mil Euros.

Nota 31. Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

Em conformidade com o artº 4 º do capítulo III da Norma regulamentar nº 15/2009 de 30 de Dezembro emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal, com o título "Relato Financeiro dos mediadores de Seguros ou de Resseguros", o Banco apresenta a informação detalhada pelas seguintes rubricas:

Políticas contabilísticas

Conforme descrito no ponto 2.7 das notas anexas, o reconhecimento de rendimentos relativos à atividade de mediação de seguros respeita o regime contabilístico do acréscimo.

De acordo com este regime, os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos aquando da sua ocorrência e não aquando do seu recebimento ou pagamento, sendo registados

contabilmente e relatados nas demonstrações financeiras nos períodos com os quais se relacionam.

O reconhecimento do rédito, conforme disposto na IAS 18, é assegurado pelo recurso a estimativas de rendimentos, nos casos em que o seu apuramento não se encontre faturado.

Remunerações relativas a Contratos de Seguros

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as remunerações provenientes da atividade de seguros apresentam os seguintes valores, desagregadas entre atividade do ramo vida e não vida:

Valores em EUR	31-12-2012	31-12-2011
RAMO VIDA		
Cardif - Assurance Vie	7.388.041	10.926.898
Companhia Seguros Açoreana, S.A.	765	5.752
ALICO - AIG LIFE	512.969	113.688
GE Financial Assurance	118.675	634.732
Subtotal	8.020.450	11.681.070
RAMO NÃO VIDA		
Cardif-Assurances Risques Dive	4.263.712	5.053.767
Card Protection Plan, Sucursal	90.051	147.230
ALICO - AIG LIFE	944.307	1.408.310
GE Financial Assurance	431.094	-
Subtotal	5.729.164	6.609.307
Total	13.749.614	18.290.377

Todas as remunerações recebidas têm a natureza de numerário e, quanto à sua tipologia, são classificadas como comissões.

Níveis de concentração de empresas de seguros

A seguradora CARDIF, enquanto companhia de seguros do Grupo, apresenta em 2012 um nível de concentração de 90% (87% em 2011), determinado pelo rácio de rendimentos totais da seguradora sobre o valor total de rendimentos de seguros reconhecidos pelo Banco.

Valores das contas de clientes e volume de prémios

O valor de prémios cobrados por conta das sociedades de seguros ascendeu em 2012 e 2011 aos seguintes valores:

Valores em EUR	31-12-2012	31-12-2011
Cardif - Assurance Vie	10.378.866	17.993.709
Cardif-Assurances Risques Divers	6.685.408	6.195.609
Companhia Seguros Açoreana, S.A.	1.769	14.377
Card Protection Plan, Sucursal	286.057	467.693
ALICO - AIG LIFE	1.941.209	1.943.001
GE Financial Assurance	81.336	1.041.439
Genworth Financial	822.319	-
Chartis Europe S.A. Sucursal em Portugal		93.468
Total	20.196.964	27.749.296

As contas correntes de clientes não apresentavam saldo no final de cada período.

Valores em contas a pagar - sociedades de seguros

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os saldos das contas correntes das sociedades de seguros apresentam os seguintes valores a pagar:

Valores em EUR	31-12-2012	31-12-2011
Cardif - Assurance Vie	102.301	164.557
Cardif-Assurances Risques Dive	43.843	70.524
ALICO - AIG LIFE	255.494	305.816
GE Financial Assurance	-	82.424
Chartis Europe S.A. Sucursal em Portugal	-	37.353
Total	401.638	660.674

Restantes Informações previstas no DR 15/2009

É entendimento do Banco que as restantes divulgações previstas no decreto-regulamentar 15/2009 não são aplicáveis a esta instituição.

4

Certificação Legal das Contas





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **BANCO BNP PARIBAS PERSONAL FINANCE, SA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 1 092 178 439 euros e um total de capital próprio de 128 105 394 euros, incluindo um resultado líquido de 22 959 264 euros), a Demonstração dos resultados e do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA") emitidas pelo Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor, tal como adoptadas na União Europeia, com as excepções referidas nos Avisos nº 1/2005, nº 4/2005 e nº 7/2008 do Banco de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação,

RUA GENERAL FIRMINO MIGUEL 3, TORRE 2, 1º - 1600-100 LISBOA PORTUGAL
 TEL: + 351 21 721 01 80 - FAX: + 351 21 726 79 61 - E-MAIL: mazarslisboa@mazars.pt
 RUA DO CAMPO ALEGRE 830, 3º 514 - 4150-171 PORTO PORTUGAL
 TEL: + 351 22 605 10 20 - FAX: + 351 22 607 98 70 - E-MAIL: mazarsporto@mazars.pt

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
 INSCRIÇÃO Nº 51 NA ODR - REGISTADA NA CNMV SOB O Nº 1254 - NIPC 502 107 251 - CAPITAL SOCIAL 112 000,00 EUROS - CRC LISBOA





tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **BANCO BNP PARIBAS PERSONAL FINANCE, SA** em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 13 de Março de 2013

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
representada pelo Dr. Leonel Manuel Dias Vicente (Revisor Oficial de Contas n.º 963)

5

Relatório e
Parecer do
Conselho Fiscal





A handwritten signature in black ink, located in the top right corner of the page.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias e nos termos do mandato que nos foi conferido pela Assembleia Geral de 2011.03.31, vimos apresentar-vos o relatório da nossa actividade e o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas do *BANCO BNP – PARIBAS PERSONAL FINANCE, S.A.*, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

Durante o exercício renunciou ao seu cargo de vogal deste Conselho o Sr. Juan Carlos Prieto, tendo a Assembleia Geral de 2012.12.10 nomeado, em sua substituição e até ao final do presente mandato, o Sr. Stéphane Manteau. Registe-se aqui o contributo muito construtivo que foi sempre dado ao Conselho pelo renunciante.

O Relatório de Gestão contém exposição fiel e clara sobre a evolução dos negócios, numa análise equilibrada e global do desempenho e dos seus resultados e da posição da Sociedade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta (tendo em conta as categorias definidas pelo regulador), com referência aos montantes inscritos nas contas do exercício e explicações adicionais relativas a esses montantes.

A análise feita abrange tanto os aspectos financeiros como referências de desempenho não financeiras relevantes para as actividades específicas da Sociedade, incluindo informações sobre responsabilidade social e ambiental, qualidade e questões relativas aos trabalhadores.

Abrange, também, condições do mercado, investimento, custos e proveitos, aludindo-se a actividades de investigação e desenvolvimento.

Indica, ainda, implicitamente os fatos relevantes ocorridos após o termo do exercício na referência à evolução previsível.

Procurámos acompanhar a envolvente que, aliás, é bem descrita no Relatório de Gestão, quer no geral, quer no sector (e subsectores) em que a Sociedade atuou.

1/5

FP11004



A handwritten signature in black ink, located in the upper right corner of the page.

A conjuntura vivida e bem descrita e as perspetivas do que aí vem continuam delicadas e sombrias. Dentro de tal envolvente o desempenho no exercício em apreço foi para além do expectável.

A atividade do crédito ao consumo é especialmente delicada nestas circunstâncias e tem que ser equilibrada e harmoniosamente contemplar vertentes contraditórias, como seja satisfazer realisticamente as necessidades sociais (que se agravam nestes períodos) com o "interesse da sociedade, atendendo aos interesses de longo prazo dos sócios e ponderando os interesses dos outros sujeitos relevantes para a sustentabilidade da sociedade, tais como os seus ... clientes ...", para aproveitarmos o dizer do legislador comercial.

Nestas épocas de crise financeira, económica e social (ou, como alguns entendem, no começo de uma nova era, como "dano colateral" para o Ocidente da globalização), o crédito ao consumo, se concedido e gerido com ética e consciência social, pode amenizar dificuldades e, até, promover em algum grau a dinamização da economia, viabilizando pequenas iniciativas e dinamizando o anémico consumo.

Em relação ao crédito excessivo e a práticas agressivas ou abusivas ou não atentas a situações excecionais, sectores da sociedade civil e, em especial, organizações de consumidores, induziram as autoridades a regulamentar a intervenção dos agentes creditícios, o que aconteceu também em Portugal, com o PARI e o PERSI.

Porém e em substância, tais planos e procedimentos já estavam incorporados nas práticas e procedimentos da Instituição, pelo que apenas houve que formalizá-los e passar a ter em atenção os prazos que, agora, são legais.

Note-se que a instituição tem assumido a sua responsabilidade social, destacando-se o sítio www.creditoresponsavel.com e "O Observador Cetelem" bem como as instruções existentes para a recuperação de créditos, onde há que separar o trigo do joio.

Perante a crise e de acordo com as políticas explicitadas no Relatório de Gestão (Perspetivas futuras), encara-se a mesma como uma oportunidade, tirando partido de vantagens competitivas e apostando o Grupo no mercado português – prova de confiança – reforçando a

2/5

PERSI



sua política de crédito responsável e sustentável com melhoria da qualidade do serviço.

A marca CETELEM encontra-se em Portugal há quase 20 anos; tal não seria possível se não houvesse uma visão de longo prazo, construindo, passo a passo, uma boa reputação. Afinal de contas foi e continua a ser, o que foi assumido e é definido como nossa missão: "ajudar os clientes a realizar os seus projetos", "preservar o futuro" e "ser o seu concelheiro permanente, mantendo uma relação de fidelidade". E como nossos valores: "responsabilidade, transparência", "inovação, consideração, proximidade".

Oportunamente, emitiu este Conselho o seu Parecer sobre o Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno, bem como novo Parecer sobre o relato da Administração sobre o Sistema de Controlo Interno para a Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo e procurou acompanhar as observações feitas pelo Banco de Portugal, na sua qualidade de regulador.

O Conselho procurou supervisionar a Administração da Sociedade e os seus Serviços, bem como a Revisão de Contas, nomeadamente aos documentos de prestação de contas, fiscalizou a independência do Revisor Oficial de Contas e tomou conhecimento da "Certificação Legal das Contas" por este emitida e que mereceu a nossa inteira concordância. Assim, reunimos regularmente com a Administração, bem como com o órgão "Revisor Oficial de Contas", acompanhámos periodicamente as contas intercalares e demais instrumentos de gestão, procedemos ao estudo de leis, normas, regulamentos e documentos internos, efetuámos observações e fizemos indagações, com proveitosos debates, junto de quadros de topo. Conferimos o cumprimento das principais obrigações legais externas, nomeadamente para com o regulador.

No final dos trabalhos, o Conselho verificou os documentos de prestação de contas, assim como as políticas contabilísticas (explicitadas na nota 2 do Anexo) e tem vindo a acompanhar o processo de preparação e de divulgação da informação financeira.

Durante o exercício não tomámos conhecimento de irregularidades ou inexactidões que devamos levar ao vosso conhecimento, tendo-nos sido prestados todos os esclarecimentos de

3/5

19/11/2013



A handwritten signature in black ink, located in the top right corner of the page.

que necessitámos; pelo apoio que recebemos no desempenho das nossas funções aqui expressamos os nossos agradecimentos.

De acordo com a vossa deliberação em Assembleia Geral de 2012.12.10 e conforme é incluído na nota 17 do Anexo e, também, na Demonstração de Alterações dos Capitais Próprios, houve um dividendo adicional de € 1,40 por ação, por contrapartida de Resultados Transitados.

Não existem ações próprias e não se verificam negócios entre a Sociedade e os seus administradores. Não houve operações de cobertura. A Sociedade tem instalações em Lisboa e em Gaia.

A proposta de aplicação de resultados incluída no Relatório de Gestão terá por fundamentação cumprir as disposições legais pertinentes, remunerar o capital e destinar 0,5% do total para reforço dos resultados transitados.

Tendo-nos sido presentes os documentos de prestação de contas, que satisfazem as disposições legais e estatutárias, e contém a proposta de aplicação de resultados e atendendo à citada "Certificação Legal das Contas" e às suas conclusões, envolvendo dentro do âmbito aí referido, a verificação da concordância da informação financeira constante no relatório de gestão com as demonstrações financeiras e exprimindo a opinião de que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira em 2012.12.31 e o resultado das operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector financeiro,

Somos de **parecer** que:

- merecem aprovação o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações do Rendimento Integral, dos Fluxos de Caixa e de Alterações dos Capitais Próprios e as correspondentes Notas;
- merece aprovação a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração;

4/5

PN11302



e propomos:

- votos de confiança no Conselho de Administração – em todos e em cada um dos seus membros – e no Revisor Oficial de Contas, nos termos do art.º 455º do C.S.C..

Lisboa, 14 de março de 2013

O CONSELHO FISCAL



Carlos Alberto Domingues Ferraz, Presidente



Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão



Stéphane Manteau

5/5

PH11002

Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A. - Rua Tomás da Fonseca, Torres de Lisboa, Torre G -15º, 1600-209 Lisboa
Capital Social: 45.661.800,00€ - CRC de Lisboa e NIPC: 503016160 - www.cetelem.pt



BNP PARIBAS
PERSONAL FINANCE

